

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Nome: Ana Paula Garcês

Título: "O Príncipe Democrático.

As elites políticas na democratização e democracia do Portugal da III República"

Ana Paula Santos Gil Garcês, Mestre

Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa,

Doutoranda

Universidade Lusófona, Professora Auxiliar Convidada

ana.garces@clix.pt

Abstract

A posição e o papel das elites políticas permanece insuficientemente explorado na análise do processo de democratização portuguesa e até subalternizado nos estudos sobre o funcionamento do regime inaugurado com o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974. A intervenção militar, a revolução social, a explosão partidária e a chamada "via portuguesa para o socialismo" como que institucionalizaram o mito da participação popular, abrindo espaço para teses sobre a importância estrutural das mutações socioeconómicas e para lendárias narrativas da geração dos pais fundadores enquanto heróis e vilões do modelo liberal-parlamentar. O paper visa enfatizar o crucial papel estratégico das várias elites ocupantes dos bastiões do Poder na trajectória do Portugal da III República. Foi através da conquista dos diversos órgãos de soberania que elites e contra-elites exerceram o poder e foram esculpindo a arquitectura institucional e acomodando-se nas suas posições e inter-relações ao sucessivamente pactarem as regras e procedimentos de uma democracia pluralista do tipo ocidental. A democratização e democracia portuguesas contemporâneas serão examinadas desde a sua génese até à actualidade, preferencialmente por via da inquirição dos sistema de governo, sistema eleitoral e sistema partidário - que expressam, transformam e estruturam as preferências da maioria no governo da minoria governantes. A investigação dos outputs do sistema político em cada ciclo permitirá relevar a acção estratégica dos diferentes actores e desta forma examinar o acesso e a distribuição do poder na III República, traçando o perfil do Príncipe Democrático

Português.

A análise parte da assumpção base de as elites políticas - enquanto categoria analítica e não como classe - serem de primordial importância na arquitectura e no funcionamento do regime político democrático português. Uma investigação tributária de uma corrente de pensamento demo-elitista, que, no passado mais recente, tem a sua fonte seminal no pensamento de Dankwart Rustow (1970) e nos trabalhos de Juan Linz e Alfred Stepan (1978), Burton/Günther/Higley (1992) ou ainda Guillermo O'Donnell e Phillipe Schmitter (1993).

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Os Directores-Gerais:

A Elite Administrativa Portuguesa numa Perspectiva Comparada

Filipe Abreu Nunes

Doutorando do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

filipe.nunes@ics.ul.pt

Resumo da Comunicação

São escassos os estudos sobre elites administrativas na ciência política portuguesa e internacional. A revisão do estatuto do pessoal dirigente de 1997, com a consequente publicação, em Diário da República, dos currículos dos nomeados, veio permitir-nos conhecer melhor quem dirige a administração pública portuguesa. A apresentação centrar-se-á, fundamentalmente, no XIV Governo Constitucional.

O perfil social não surpreende: trata-se de uma elite predominantemente masculina, embora não tanto como a elite parlamentar portuguesa ou a elite administrativa espanhola; envelhecida como a elite grega; em muitos casos nascida na capital e nos distritos onde o sector privado é menos dinâmico; com origens sociais nas classes privilegiadas, como acontece em Espanha, França ou Reino Unido; de acordo com o tipo de ministérios, é dominada por juristas, engenheiros e economistas, maioritariamente formados na Faculdade de Direito de Lisboa, no Instituto Superior Técnico, ou no Instituto Superior de Economia e Gestão; é, enfim, uma elite altamente qualificada, tanto do ponto de vista profissional como académico, sendo, a par da italiana, aquela em que a percentagem de professores universitários é maior. Isto não significa, no entanto, que tenha as competências necessárias à moderna gestão pública.

Quanto às lógicas políticas de recrutamento, embora sem as limitações legais que os estatutos do pessoal dirigente impõem aos governos partidários na Grécia, Alemanha ou Reino Unido, em Portugal a elite é basicamente recrutada no interior da própria administração pública e, na maioria dos casos, os directores-gerais fazem a sua carreira no ministério onde exercem funções. Nos ministérios mais antigos e mais técnicos, a capacidade de resistência às pressões da mudança política é maior do que nos ministérios sociais e económicos - o que faz supor que o clientelismo partidário será mais intenso nos departamentos comparativamente mais recentes ou menos corporativos - onde a fragilidade estatutária é, portanto, maior. Mas, de uma maneira geral, é bastante elevado o número de actuais directores-gerais que foram nomeados no passado por governos PSD para cargos dirigentes.

Por isso, pode dizer-se que a forte instabilidade de lugares é acompanhada por uma grande estabilidade de pessoas. Deste modo, e em geral, o recrutamento parece algo condicionado a um conjunto limitado de pessoas que, na sua maioria, terá iniciado a sua carreira na função pública pouco antes ou pouco depois do 25 de Abril de 1974. Como tal, poderemos estar aqui perante uma elite que, beneficiando dos saneamentos à direita e à esquerda durante a transição democrática, e por navegar numa espécie de "bloco central administrativo", em função do peso das suas carreiras ou das suas ligações pessoais e políticas, ou de acordo com o governo em causa, vai ficando mais abaixo ou mais acima na hierarquia do pessoal dirigente - mas, na grande maioria dos casos, sempre como dirigente - e, frequentemente, como dirigente de topo.

As lógicas de recrutamento variam também de acordo com o tipo de serviço e estatuto dos seus dirigentes. Na nomeação dos gestores públicos e dos membros dos gabinetes ministeriais a politização é muito mais visível. Parecem, assim, coexistir duas lógicas na administração portuguesa: por um lado, o corporativismo na Administração Directa; por outro, a politização na Administração Indirecta (ou «paralela»).

No contexto europeu, a relação entre governos partidários e administração revela padrões diferentes. Por um lado, temos o Reino Unido com um sistema que concebe a neutralidade política como melhor forma de assegurar o controlo democrático. Por outro, a França e a Alemanha, sistemas onde o controlo se considera por definição garantido pela nomeação política da elite administrativa. Na Grécia, a politização partidária faz parte do processo de promoção. Contudo, parece-nos que nos restantes países da Europa do Sul (Espanha e Itália), a eventual tentação clientelar dos membros dos governos partidários e, especialmente, dos aparelhos partidários, é atenuada pelas estratégias corporativas e políticas das elites administrativas com mais experiência de função pública e

de exercício de cargos dirigentes. Neste sentido, devemos concluir que a elite administrativa portuguesa, no contexto da Europa do Sul, estará mais próxima do modelo espanhol ou mesmo do italiano, do que do modelo da elite grega, sendo o crescimento da "administração paralela" um sintoma da autonomia face à mudança política por parte da "administração tradicional".

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

1. Secção 1: Sociedade e Política Portuguesa
2. Elite Económica e poder político. O caso português de 1932 a 1990
3. Joaquim Manuel Croca Caeiro
4. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; Professor Auxiliar; Vice Presidente da ISSSCoop
6. jcaeiro@iss.pt; joaquim.m.caeiro@sapo.pt
7. Resumo

Desde 1932 que os regimes políticos em Portugal assentaram a sua base social de apoio num quadro predominantemente económico, através do qual as elites ligadas aos vários sectores exerceram sobre o poder político influência directa e decisiva.

Da análise da documentação directa e indirecta consultada, ressalta com clareza a capacidade de adaptação das forças económicas a situações políticas diferentes, procurando sistematicamente a obtenção dos seus interesses e não raras vezes, o domínio ainda que sub-reptício do poder político. Mesmo nas situações mais extremas, nomeadamente as que se viveram nos períodos de 1961 e 1974-1975, com maior gravidade neste último, as forças económicas souberam sempre tirar o melhor partido da necessidade premente que delas tem qualquer Estado e bem assim qualquer regime. Não é possível a manutenção e exercício do poder político se com ele não coexistir um sistema económico, cuja capacidade e iniciativa assente num grande dinamismo. Com efeito, o papel dos grandes grupos económicos numa economia avançada é determinante para a evolução e manutenção do sistema. Foi por esta via que os grandes grupos económicos alcançaram o papel de grupos de pressão determinantes na manutenção do regime do "Estado Novo" iniciado em 1932 e na sua evolução posterior, submetendo em muitas ocasiões senão em todas o próprio poder político e militar. Com o fim do regime, em 25 de Abril de 1974, foi de curta duração o seu afastamento da estrutura privilegiada do poder pois que, regressando em força obteriam de novo a

capacidade de influenciar directa e indiscutivelmente a estrutura do poder em Portugal. As principais realizações do regime democrático têm na base interesses e perspectivas dos grupos económicos "novos" e "velhos" que se constituíam após aquela data, ou tão somente se reconstituíam.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Título da comunicação: «Recrutamento parlamentar e representação política. Algumas considerações sobre o caso português»

Nome: Maria da Conceição Pequito Teixeira

Assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Email: spequito@hotmail.com

Resumo da comunicação:

Para além de influenciar a composição social e política do parlamento, os processos de recrutamento parlamentar têm também efeitos ao nível da própria representação política. Se é verdade que as condições ou factores estruturais - designadamente o tipo de sistema eleitoral, a natureza do sistema partidário, a configuração do parlamento e as suas normas de funcionamento interno, bem como a sua maior ou menor permeabilidade aos grupos de interesse - são relevantes na determinação das atitudes e comportamentos dos deputados, são-no igualmente as modalidades e as estratégias de recrutamento parlamentar adoptadas pelos diferentes partidos políticos. É assim que estudos internacionais e nacionais recentes têm chamado a atenção, tanto para a influência do grau de centralização do processo de selecção dos candidatos, como para o papel das preferências e expectativas do party selectorate na análise das atitudes e dos comportamentos dos actores parlamentares (Gallagher, M., 1988; Norris, P., 1997; Searing, D., 1994; Strom, K., 1997; Freire, A., 2001, entre outros).

Tendo por base algumas das propostas teóricas que relevam do conjunto destes estudos, bem como os dados preliminares de dois inquéritos por questionário - um aplicado aos candidatos à AR que

integraram as listas eleitorais do PPD-PSD, do PS, do CDS-PP, da CDU e do BE nas eleições legislativas de 2002; outro aplicado aos deputados eleitos nas mesmas eleições e em pleno exercício do seu mandato parlamentar ", a presente comunicação pretende demonstrar de que modo os métodos e os critérios de selecção dos candidatos ao Parlamento adoptados pelos principais partidos políticos portugueses condicionam, quer a forma como os deputados concebem e desenvolvem a sua actividade parlamentar (parliamentary roles), quer a maneira como percebem e asseguram a sua função de representação política (representative roles). Ao longo desta comunicação, procurar-se-á, assim, abordar a importância e a influência dos processos de recrutamento parlamentar intrapartidários sobre a natureza e a qualidade da representação política em Portugal.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Título: Cidadania Pós-nacional no contexto imigratório português: participação política de cidadãos residentes não-nacionais.

Isabel Estrada Carvalhais
Assistente

Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais
Escola de Economia e Gestão - Universidade do Minho

Campus de Gualtar. Gab. 106, Gualtar, 4710-057
imestrada@eeg.uminho.pt ou syrgh@warwick.ac.uk

Resumo da Comunicação proposta*

No universo dos estudos sobre os fenómenos migratórios, a presença de Portugal como país receptor ainda aparece aos olhos de alguns (poucos) membros da comunidade científica internacional como uma inesperada novidade, atendendo a sua historicamente conhecida condição de país tipicamente emissor de fluxos. Efectivamente, apenas nos últimos dez a quinze anos começou este perfil oculto a merecer a atenção tanto de investigadores nacionais como internacionais. Este interesse não significa em si que apenas há dez ou poucos mais anos Portugal começou a receber fluxos migratórios, mas sim que nunca anteriormente tinham os fluxos sido tão expressivos e intensos como neste novo período, e tal facto com certeza ajuda a compreender muito do recente interesse

científico por este facto.

Apesar de predominarem os estudos de carácter antropológico, etnográfico, sociológico e económico deste novo perfil, o meu trabalho apenas retira desses âmbitos o essencial para uma caracterização o mais abrangente possível do fenómeno, concentrando-se todavia numa muito menos explorada vertente: a dinâmica de afectações políticas mútuas entre os actores políticos mais directamente envolvidos com o universo dos cidadãos não-nacionais, residentes em Portugal.

Nesse sentido, preocupo-me particularmente com a identificação, avaliação e crítica das presentes condições legais e políticas de que estes cidadãos podem auferir no sentido de se serem actores plenamente participantes nas diversas esferas da vida Portuguesa. Segue deste interesse, a minha atenção ao estado da integração política destes cidadãos, sendo certo que é a esfera política ainda o reino par excellence da participação e da legitimidade democráticas, do seio do qual emanam decisões gerais, abstractas, e universalmente vinculativas a todos os membros de uma sociedade potencialmente afectados pelos seus efeitos. Mas esta é também uma esfera "nacionalizada" pela Modernidade, na qual tradicionalmente os não nacionais são também errada e prepotentemente apelidados de não-cidadãos, reservando-se-lhes o estatuto de meros objectos passivos de políticas e não de sujeitos activos directamente interessados nas políticas que afectam as suas vidas.

Como se revelam os nossos cidadãos não-nacionais enquanto actores políticos? Será que estão a ser bem sucedidos nas suas estratégias de acção pública? O que reivindicam? Como são as suas causas e a sua acção percebidas e avaliadas pelos actores políticos mais tradicionais? De que mecanismos formais dispõem para se expressarem na esfera política? E que entraves de facto chegam a identificar como prejudiciais a uma maior participação política? E como se visionam esses mesmos actores? Que autocríticas tecem? As tentativas de resposta a estas e a outras questões, é um passo fundamental num processo de melhor entender as posições presentemente identificáveis em torno da imigração nas suas três principais componentes: políticas de recepção, acomodação e integração. Em paralelo, é também crucial ao esforço de definição de propostas viáveis para a promoção de uma lógica Pós-nacional a ser desenvolvida prioritariamente num registo doméstico, ou seja, dentro da relação entre o Estado e a sociedade civil.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Secção 1 (Sociedade e Política Portuguesa)

Título: "A acção, externa e interna, das associações profissionais em Portugal"

Autor: João Freire

Professor catedrático de sociologia do ISCTE

joao.freire@mail.telepac.pt

RESUMO

Na sequência de um projecto de investigação sociológica sobre as profissões em Portugal, coordenado pelo autor, é possível apresentar alguns resultados e propor um certo número de reflexões sobre a acção social desenvolvida pelas associações profissionais, começando por discutir o alcance e aplicação de tal conceito.

Serão brevemente visitados alguns pontos analíticos destas organizações, enquanto micro-sistemas de poder, para depois se entrar na apreciação das suas formas de acção, quer dirigidas a objectivos ou destinatários externos à associação, quer direccionadas para a prestação de serviços aos próprios associados. A esta luz, e tendo também em conta os enquadramentos jurídicos existentes e as expectativas dos actores em tal matéria, conclui-se com um conjunto de observações relativas à natureza e aos fins práticos perseguidos por estas organizações, na diversidade das formas jurídicas de associação actualmente existentes.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Autor: José Manuel Leite Viegas, ISCTE

Título: Modalidades de participação política - análise do caso português no contexto comparativo europeu

Os estudos extensivos de participação política em Portugal têm-se centrado mais nos comportamentos eleitorais. Sem querermos negar a importância destes últimos, julgamos, no entanto, que interessa analisar as diferentes vertentes ou dimensões da participação política. A primeira grande questão, antes de qualquer análise empírica, consiste, precisamente, no estabelecimento das dimensões de análise. Reequacionar a tipologia de Barnes e Kaase (Political Action, 1979) da participação "convencional" e "não

convencional", considerando, nomeadamente, as novas formas de participação política, será o primeiro objectivo desta comunicação. Num segundo momento, pretendemos fazer a análise comparativa dos resultados obtidos através de um inquérito, com questionário comum, realizado em doze países europeus, incluindo Portugal, tentando encontrar modelos prevaletentes de participação política em cada país, ou grupos de países, dando especial atenção ao caso português.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Secção 1 (Sociedade e Política Portuguesa)

Título Filiação Partidária e Participação Política - o caso português

Autor Manuel Meirinho Martins

Instituição Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Posição na instituição Docente, Doutorando em Ciências Sociais na especialidade de Ciência Política

mmeirinho@vizzavi.pt

Resumo da comunicação.

A comunicação abordará o papel dos partidos políticos como instituições centrais da democracia representativa e, em particular, sobre o modo como se tem configurado a sua ligação ao eleitorado (parties in the electorate) referindo, muito sumariamente, as abordagens ao decréscimo da filiação partidária no quadro das transformações da democracia e das organizações partidárias. Em termos mais específicos abordaremos, para o caso português, a filiação partidária como instrumento de participação política e a sua relação com o activismo político em diversas dimensões. Recorrendo a alguns indicadores-tipo (coeficiente de renovação de filiados, coeficiente de perda de filiados, rácio filiados/eleitores), apresentaremos uma evolução da filiação partidária em Portugal nos quatro maiores partidos (PSD, PS, PCP e CDS), entre 1975 e 2002, de acordo com algumas variáveis de classificação. Sempre que possível, serão comparados os registos dos partidos com dados de estudos de opinião realizados para o caso português e com a evolução registada noutros países.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

"What Explains the Iberian Gender Gap? Portuguese and Spanish Women's Political Participation Compared"

Michael Baum- Prof. Assoc., Univ. de Massachusetts-Dartmouth.
mbaum@umass.edu

International studies of the "gender gap" in political participation have generated numerous well-known hypotheses about why women tend to participate less in political life than men. Based primarily on the study of the advanced democracies, scholars have successfully demonstrated the significance of institutional explanations (electoral rules, quota systems, party gatekeepers, the density of civil society networks, etc.), economic explanations (access to resources, in particular education, availability of part-time work, childcare policies, etc.), and political culture variables (women's attitudes toward the political system, feelings of personal efficacy, attitudes toward women's participation in general, among others). Unfortunately, however, the robustness of these findings tends to be rather weak, due no doubt to the multifaceted nature of gender as a social category.

However, focused comparative case studies can provide an opportunity to explore these hypotheses in greater detail. What makes the Spanish and Portuguese cases so fascinating for comparative study are their relative similarities on several of the institutional and economic dimensions (types of electoral systems, history of democratic politics, political culture orientations, levels of socio-economic development, etc.), but relatively strong differences in their rates of female representation and participation in political life. This paper attempts to unpack this paradox by examining the gendered dimensions of political participation in the two countries since democratization. Data from the World Values Surveys and other public opinion polls conducted in both countries are also examined in detail for clues about Portuguese women's comparatively slower progress in the field of politics.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Título da comunicação.
Concepções Teóricas e Emergentes de Cidadania numa Amostra de

Jovens e Adultos Portugueses: Sua Relação com a Complexidade Cognitiva e as Experiências de Participação Associativa

Nome do autor.

Pedro Ferreira & Isabel Menezes

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Bolseiro de doutoramento / Professora Associada.

pferreira@psi.up.pt e imenezes@psi.up.pt

Resumo da comunicação.

A cidadania tem-se constituído, nas últimas décadas, como "um mito que apela à nossa imaginação política" (Ignatieff, 1995, p. 53), "invadindo" os discursos políticos, sociais e académicos. No entanto, este aparente consenso tende a escamotear o facto de que várias "interpretações" deste mito são possíveis, e que a definição da cidadania constitui um objecto central da teoria política contemporânea (Carter & Stokes, 1998; Eisenstadt, 2000; Gentili, 2000; Kymlicka & Norman, 1995; Torres, 2001).

O objectivo deste estudo é confrontar as diferentes concepções de cidadania da teoria política (Heather, 1990; Held, 1995) com as concepções emergentes numa amostra transversal de 500 jovens e adultos portugueses. Estas concepções foram observadas através de um questionário construído com base numa grelha de dimensões relevantes para a sistematização do(s) conceito(s) identificada a partir da revisão das principais perspectivas teóricas sobre a cidadania.

O confronto das concepções emergentes nas respostas obtidas com as teoricamente organizadas permite tipificar seis concepções dominantes, que correspondem genericamente aos seguintes modelos de cidadania: pluralista, neo-pluralista, participativo, republicano-protectivo, neo-liberal e minimal. A relação entre estas concepções, a complexidade cognitiva no domínio da política e as experiências de participação associativa é discutida.

Especificamente, regista-se que as experiências de participação associativa em que os cidadãos podem desempenhar actividades significativas e têm oportunidades sistemáticas de reflexão crítica se relacionam (i) com a valorização de concepções que atribuem um papel importante à acção na comunidade, e (ii) com níveis de complexidade superior de cognição política. As implicações destes resultados são discutidas, dando particular atenção à qualidade da participação associativa como variável determinante na

complexidade e articulação das concepções pessoais sobre a política e a cidadania.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

André Freire

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Título:

A componente valorativa da dimensão esquerda direita:
Explicando variações a nível sistémico e individual

Abstract:

Os estudos mais recentes sobre o significado da dimensão esquerda direita para os eleitorados da Europa ocidental entroncam fundamentalmente no artigo seminal de Inglehart e Klingemann, de 1976, "Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics". Este trabalho identificou duas componentes essenciais da dimensão esquerda direita na Europa: a componente valorativa ou ideológica e a componente partidária.

A literatura estrangeira sobre esta matéria é vasta, ao contrário da portuguesa. Contudo, é muito rara a inclusão nessas análises das novas democracias do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia), até pela escassez dos dados. Finalmente, os estudos estrangeiros recenseados incluem geralmente um número limitado de indicadores das atitudes políticas referentes às três dimensões de clivagem (classe, religiosa e "nova política") que pretendemos correlacionar com o posicionamento ideológico.

O objectivo central desta comunicação é o de perceber que factores explicam a nível individual e a nível sistémico (transnacional) a variabilidade na força e na natureza da componente valorativa na Europa, superando as duas limitações anteriores apontadas à literatura existente e tentando perceber a situação das democracias do Sul da Europa numa perspectiva comparada.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Sociedade e Política Portuguesa

A importância dos líderes no comportamento eleitoral dos Portugueses numa perspectiva longitudinal, 1984-2001

Marina Costa Lobo

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,

Rua Miguel Lupi, 18, r/c, 1200 Lisboa

marina.costalobo@ics.ul.pt

É muito comum atribuir grande importância ao líder político na explicação do comportamento de voto em Portugal. De certa forma esta ideia já foi comprovada em estudos recentes sobre o impacto dos líderes nos anos noventa. Esta comunicação utiliza, pela primeira vez, três bases de dados de inquéritos por amostragem realizados em 1984, 1993 e 2001 para ver qual a evolução do afecto perante o líder partidário na explicação do voto neste período. Desta forma iremos contribuir para uma explicação sobre a importância dos factores de curto-prazo, versus longo prazo na política portuguesa. De igual modo, será possível perceber se a personalização da política é um fenómeno recente ou pelo contrário é uma constante da política portuguesa.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

PROPOSAL TYPE: Paper

TITLE OF SUBMISSION: "Portuguese electoral behavior"

NAME: Paula do Espírito Santo

Position: Assistant Professor

SECÇÃO 1: Sociedade e Política Portuguesa

Institutional affiliation: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa

Email: espsanto@iscsp.utl.pt

ABSTRACT

Portuguese electoral behavior

Although confined to historical, economic and social context, ideology and political parties remain, in the Western European context, independent variables explaining electoral behavior and attitudes. Models of vote decisions have also diversified, however, reducing the importance of classical variables such as the political party. More recent explanatory models tend to highlight the role of conjuncture to explain voter behavior. These arguments are associated with economic and social patterns derived from cyclical constraints. According to this position, electoral choice is motivated less by party affiliation and ideological beliefs, and more by socio-

political considerations. Eventually, different political forces identified with opposite ideological fields may offer the same political arguments, ignoring ideological traditions.

From this reflection there are some starting questions that we would like to make:

Which variables primarily influence vote decisions in the Portuguese political context?

What is the weight of economical and social utility motivations relative to other variables?

What is the role of "independent" voters and which variables characterise this group?

The rules of the democratic game opens opportunities to all those that know how to prove being able to govern. From this point on, every candidate may have, hypothetically, equal conditions to win as manager of the political project of a State direction. Our analysis highlights the importance of political culture as a constraint that is important to explaining Portuguese electoral behaviour, having as reference the legislative elections of March 2002.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

As Sondagens Pré-Eleitorais em Portugal (1991-2002)

Pedro C. Magalhães

Investigador Associado Júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

pedro.magalhaes@ics.ul.pt

Resumo:

Esta comunicação debruça-se sobre as sondagens pré-eleitorais divulgadas pela comunicação social nos últimos 12 anos em Portugal, concentrando-se em particular nas respeitantes às eleições presidenciais, legislativas e europeias. O objectivo do estudo é o de determinar quais os factores de natureza metodológica e política que influenciaram a capacidade das sondagens para inferir com maior ou menor precisão aqueles que vieram a ser os resultados eleitorais. Por outro lado, procurar-se-á avaliar até que ponto as próprias sondagens poderão ter influenciado os resultados e qual a percepção prevalecente entre os cidadãos acerca do papel e confiabilidade das sondagens. São analisados 10 actos eleitorais e cerca de 50 sondagens entre 1991 e 2002

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

COMPORTAMENTOS ELEITORAIS EM ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS:

Análise comparativa entre o meio urbano e rural

Cristina Bento

ISCTE, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

cbento@ps.parlamento.pt

Abstract

Nesta comunicação pretende-se dar a conhecer as realidades sócio-políticas do espaço urbano e rural e reconhecer o que as aproxima e o que as distingue. Procederei à breve caracterização de uma freguesia urbana - São Nicolau, em Lisboa - e uma rural - Vila Verde dos Francos, em Alenquer - e analisarei comparativamente o comportamento dos respectivos eleitores em eleições autárquicas entre 1976 e 2001.

Os dados recolhidos e apresentados recentemente pelos investigadores sociais permitem assumir que entre os vários factores que determinam as atitudes e os comportamentos políticos dos Portugueses no momento actual, inclui-se a dimensão do habitat.

Ao confrontarmos os resultados eleitorais de São Nicolau e Vila Verde dos Francos, podemos retirar diversas conclusões: (a) a evolução do número de eleitores inscritos nas duas freguesias revela tendências diferentes; (b) a distância entre o nível de participação em eleições autárquicas, verificada em cada uma das freguesias é significativa; (c) a evolução das votações no partido vencedor revela também diferenças significativas entre as duas freguesias. Assim, o conjunto de votantes apresenta um comportamento diferente consoante seja proveniente do meio rural ou urbano.

Dos elementos estatísticos recolhidos, podemos perceber que as diferenças sócio-económicas entre as duas realidades são significativas. Porém, o reflexo daquelas diferenças no comportamento eleitoral das respectivas populações é oposto daquele que à partida se podia esperar. Com um grau de desenvolvimento inferior, Vila Verde dos Francos apresenta a posição destacada em relação aos três indicadores seleccionados - taxa de eleitores inscritos, taxa de participação e taxa de votantes no partido vencedor.

A análise dos comportamentos eleitorais nas duas freguesias,

escolhidas ao acaso, em eleições autárquicas leva-me a considerar a relevância da variável da dimensão do habitat e as suas especificidades na explicação desses comportamentos. Manifestamente, uma vez constatadas as diferenças nos comportamentos eleitorais, elas não são explicadas pelo nível de desenvolvimento, instrução ou rendimento das populações, pelo que outros factores determinaram os resultados ao longo do tempo. Ora, se outra conclusão não é possível retirar, a importância da distinção entre ruralidade e urbanidade não é afastada ou mesmo desvalorizada nos casos em apreço.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O género na estrutura dos partidos políticos portugueses

Ana Espírito Santo

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bolsreira de investigação do projecto "Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses"

Ana.espirito.santo@ics.ul.pt

Resumo:

Num sistema de sufrágio de lista fechada como o português, a elaboração das listas de candidaturas tem uma importância extrema para a proporção de mulheres eleitas. Actualmente, apesar da taxa de feminização das listas estar a aumentar, as mulheres continuam tendencialmente a ser remetidas para posições que não garantem a sua eleição. No entanto, é um facto que existem diferenças significativas entre os partidos. Nesta comunicação pretende-se apresentar uma comparação entre a estrutura e ideologia dos cinco principais partidos portugueses: BE, CDS, CDU, PS e PSD, procurando averiguar os factores que explicam a diferença na forma de recrutamento adoptada por cada um deles.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A Two-Tier Approach to Party Adaptation (With Application to Argentina, 1983-2003)

Andrés Malamud

Investigador auxiliar, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE)

andres.malamud@iscte.pt

Resumo:

Party adaptation is the response of party organization to environmental change. Environmental change may challenge either party success or party survival or both. However, most of the literature fails to distinguish properly between success and survival, taking the latter for granted. This paper contends that the reasons underlying such inadequate approach are the scarcity of broader cross-area comparison, as there is a wild contrast between those regions where lack of success does not usually threaten party survival (e.g. Europe) and those where lack of success frequently entails either extinction or irrelevance (e.g. Latin America). Hence, the paper develops a two-tier approach to party adaptation that distinguishes the capacity to adjust to electoral challenges from the capacity to adjust to governance challenges. The approach is then applied to two Argentine parties, the Peronist and the Radical, in order to test the implications and consequences concerning the dissimilar capacities for winning office and for ruling a country.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Como os acontecimentos mudam a política

Isabel Nery

A tese de Mestrado foi defendida no ISCTE

isabel.nery@oninet.pt

Resumo:

Na última década as primeiras páginas dos jornais diários portugueses espelham as mudanças em relação à forma como se vê a política.

Por um lado os temas de sociedade ganham mais e mais espaço enquanto os de política vêm o seu espaço noticioso reduzido. Mas, por outro lado, os próprios jornais estão a mudar a forma de fazer política devido à dinâmica dos acontecimentos e à reacção a que obrigam.

Os acontecimentos já não são meros formadores de conhecimentos, eles criam problemas públicos. E dessa forma chamam a opinião pública e a política para a acção. Esta nova forma de viver e tratar os acontecimentos por parte dos media acaba por ser uma forma de união social, o que implica novas formas de praticar a democracia. Será que a imprensa está a aprofundar o afastamento entre a opinião pública e a política ou, pelo contrário, a uni-los porque agem perante os mesmos acontecimentos/problemas públicos.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Assessing ethics inside party organisations

Luís de Sousa

PhD European University Institute

Researcher at CIES - ISCTE, Lisbon

luis.sousa@iscte.pt

Parties in Europe have undergone important transformations since the reorganisation of democratic political systems in the post-war period and more recently with the fall of the Communist bloc.

Most literature on the modernisation of political parties has focused on the crisis of representation, the distancing of parties from civil society and their proximity to the State (Katz and Mair 1995), the decline in militancy, the expansion of party structures vertically - local, regional, national - and horizontally - spread of associations, businesses, party financed media, etc - and their Europeanisation/internationalisation.

Very few studies have been devoted to analysing the changing ethical framework in which party organisations operate. Since most corruption scandals unveiled in the past two decades have been directly or indirectly related to party and elections financing, it is fundamental to try and understand the mechanisms and processes through which parties set ethical standards to their members in view of substantial transformations in the recruitment of party elites, the institutionalisation of parties and the nature of political competition itself.

One way of preventing the degeneration of ethical standards in political life and combating party related corruption in particular, is by educating new (and old) members to behave according to a shared set of principles, by creating conditions to enable party members to participate actively in their party's life at all levels, and by encouraging them to demand the good functioning of the party's internal organisation.

Beyond their traditional functions - aggregating interests in society, setting policies, selecting candidates and running for elections with the intent of winning office -, parties have a major pedagogical role

to play in regards to young sympathizers and militants. In practice, however, party elites have often been indulgent and encouraged young party militants to enter the borderline of illegality. Although it is not my intention to support the view of a political life dominated by rational discourses and consensual postures, instead of passion and risk-taking positions, young party militants have been encouraged to assume unethical patterns of behaviour. On the one hand, this initiation ritual is a means to prove the loyalty of young militants vis-à-vis the party and their older colleagues; on the other hand, it is an entry ticket to access the privileged shortlist of party appointments and a trademark for their future party careers. The tricky strategies and arrogant posture young militants are able to demonstrate vis-à-vis their competitors inside and outside party structures are positively evaluated by their initiation godfather(s). Instead of developing a regular and extensive pedagogical strategy to enable the appropriation of ethical standards by its own members, parties have remained indifferent or invited their young fellows to share a culture of "illegality" and slackness in regards to elective office and public resources.

Improving ethics within party organisations is an alternative to the insufficiency and selectiveness of laws to impose those standards externally and coercively. Legislative measures to control and deter impropriety in political life are essential elements to the creation of a sound and lasting ethics infrastructure in democracy (OECD 2000), but they are not sufficient if not accompanied by more structural reforms. The regulation of party and election funding has addressed intensively financial discipline, by setting ceilings to revenue and expenditure, by prohibiting some sources of funding, while providing subventions, by creating accountability mechanisms and procedures, by demanding the publicity accounts and transparency of contributions, but very few incentives to good practice inside party organisations have in fact been developed and implemented by these legal frameworks.

The core problematic this study aims to address is "Why parties have failed to impose ethical standards to their members?". The term failed is not intended to be a definite stamp, but it is here interpreted as the result of a series of conditions and facts which lead to an overall negative perception of the role parties have had in fostering ethical standards within their party structures and living by those standards when exercising elective office and in their relationship with other parties, public and private institutions.

I propose three interrelated hypotheses to address this problematic:

Hypothesis 1 - Conjunctural (Party system level) - "Parties cannot

afford to be(come) ethical due to changing nature and crescent intensity electoral competition and regularity of consultations".

Hypothesis 2 - Institutional (Party organisation level) - "Parties do impose ethical standards to their members, but they have been more or less successful in doing/achieving so due to different historical developments and institutionalisation".

Hypothesis 3 - Cultural (Party environment level) - "The degree in which parties are able to impose standards to their members depends largely on elite/members perceptions of what is or is not acceptable behaviour".

Part of this study is devoted to the analysis of the internal (statute) ethics infrastructure of parties, i.e. the sort of mechanisms in place to impose ethical standards to its members and the way in which these have operated until now. This assessment might be supported by interviews with key party officials. The second part of this study deals specifically with public perceptions inside and outside party organisations.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

"Partidos revolucionários e transições democráticas: percursos de integração política dos partidos comunistas na Europa do Sul (Itália, Espanha e Portugal)"

Nome: Marco Lisi

Mestrado em Ciência Política, ISCTE

marcolisi@sapo.pt

Resumo: A comunicação que pretendo apresentar desenvolve-se no âmbito da teoria das transições democráticas e tem como objecto principal a análise do papel dos partidos comunistas nos respectivos processos de democratização. Para compreender melhor a estratégia e o processo de integração política dos partidos comunistas foram seleccionadas três variáveis principais: a primeira é a relação com a elite no poder e a configuração institucional; a segunda é representada pelas relações inter-partidárias e a posição do PCs no sistema partidário e, finalmente, a terceira variável é a relação que se estabelece entre os partidos comunistas e a sociedade civil. Depois de evidenciar a particularidade da participação dos partidos comunistas no processo de democratização, e as suas diferenças, analisar-se-á a literatura e os

conceitos fundamentais para a análise das transições, construindo um quadro teórico que permita analisar a estratégia dos partidos comunistas em Itália, Espanha e Portugal. Nos diferentes casos considerados há um percurso diferente de integração política que depende, para além dos constrangimentos institucionais, do grau de legitimação (horizontal e vertical) e de institucionalização interna alcançada pelos partidos comunistas. Em particular, analisando a estratégia do PCI, do PCE e do PCP evidencia-se como as políticas públicas e a mobilização constituíram dois recursos fundamentais para o próprio percurso de integração política. Finalmente, procurar-se-á fundamentar as diferenças dos três casos, sobretudo focando a atenção no PCP que, depois do processo de "segunda institucionalização interna", consegue alcançar um tipo de integração política exclusiva caracterizada pela marginalização no âmbito do sistema partidário moderada pela ausência do antagonismo e da deslegitimação a nível da competição partidária. A integração política constitui não apenas o objectivo mínimo comum da estratégia dos partidos comunistas - e dos outros actores políticos - no processo de democratização, independentemente da natureza e das características ideológicas, assim como o instrumento principal para analisar a formação dos sistemas partidários e o processo de institucionalização, influenciando de forma decisiva o êxito da consolidação democrática.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

"The Use and Abuse of a Concept in Comparative Politics: Patrimonialism and the Case of the Brazilian State"

Anthony W. Pereira

Tulane University, Associate Professor of Political Science

apereir@tulane.edu

Abstrato do trabalho:

The Weberian concept of patrimonialism is an appealing one to scholars of comparative politics. In attempting to explain differences between the structure and performance of state institutions in rich countries and poor ones, "patrimonialism" apparently has much to offer: the notion of an incomplete separation of the public and private spheres in the politics of poor countries; a theory about the development of a rational-legal public administration as a concomitant of capitalist economic development; and a clear explanation for the personalism, clientelism, patronage, and corruption that are said to distinguish the operations of regimes or

states (the patrimonialist adjective is attached to both in the literature) in the "developing" world. If the success of a concept can be gauged by its use, then "patrimonialism" is extremely successful in comparative politics - it has been used to describe politics in Africa, Asia, Latin America, and even Russia, and appears in the titles of hundreds of contemporary books and journal articles. Yet is the concept used coherently and consistently, and is it really a key to unlocking the puzzle of the differences and relations between states in the North and South? A cursory glance at the literature reveals that "patrimonialism" has been subject to severe conceptual stretching, and is sometimes used merely as a fancy label for corruption or oligarchy. This paper examines the use of the concept in the analysis of Brazil. Since the publication of Raymundo Faoro's *Os Donos do Poder* (1958), patrimonialism has been important to both foreign and Brazilian observers of Brazilian politics. This paper suggests that despite Faoro's brilliant analysis, contemporary use of the term often obscures more than it reveals. In particular, the term misleadingly equates corruption with a lack of a clear boundary between the public and the private; applies a double standard to practices in Brazil, on one hand, and those in the developed world (which are never described as patrimonial, even if exactly the same as those in Brazil); obscures the active involvement of actors from the developed world in "patrimonialist" practices; and ignores the dynamic history of public administration in Brazil, which has been marked by a social revolution in the 1930s that swept away many archaic status differences, and led to the construction of islands of efficiency within the state bureaucracy, especially at the Federal level.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Transições políticas na Guiné-Bissau e em Cabo Verde

Elisabete Azevedo

Universidade Católica Portuguesa-Instituto de Estudos Políticos -

Mestranda

el.azevedo@iol.pt

Resumo:

Quais são as diferenças explicativas nos dois processos de transição políticas pós-independência destes dois países?

Cabo Verde e a Guiné-Bissau são um caso político sui generis nas experiências de democratização pós-independência no continente Africano. Dois países que compartilharam a mesma liderança

política. Primeiro no movimento de libertação, depois ao manterem o mesmo partido político até 1980, num contexto de partido único/Estado, apesar de terem mantido sempre dois Estados autónomos. Muitos dos processos de democratização que aconteceram no mundo pós 1989, quer no continente africano, quer na América Latina e na Europa do Leste não aconteceram devido a condicionantes históricas remotas, nem devido ao cumprimento de pré-requisitos, como educação, desenvolvimento económico, aconteceram como consequência directa da queda do muro de Berlim e ao fim da Guerra-fria. No entanto, muitos dos estudos sobre esta última onda de democratização têm-se mantido aprisionados às condições e hipóteses que serviam os processos de democratização anteriores. Esta tendência subestima a análise dos sistemas e dos actores do momento. Relativo ao continente africano, ainda é mais visível esta tendência, a colonização, a falta de educação, a etnicidade são fáceis e tentadoras explicações para o desenvolvimento dos processos de transições políticas em África. Não pretendemos desvalorizar a importância destas variáveis, pretende-se é completar a análise com variáveis do momento cruciais para o desenrolar dos processos de transição, como a adopção de Sistema políticos, dos partidos políticos, etc... A comparação destes dois processos de democratização desafia convencionais teorias de pré-requisitos para a democracia. Se por um lado negam algumas das mais credíveis teorias sobre transições para democracia, por outro podemos identificar nestes dois casos evidências de causas para o sucesso e para o insucesso de transições para a democracia.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Moçambique, um caso de sucesso nas transições democráticas em África?

José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Universidade Lusíada Docente Universitário
jfpavia@mail.telepac.pt
Resumo da Comunicação

O ponto de interrogação que acompanha o título deste artigo poderá parecer a muitos paradoxal; - então existe alguma dúvida sobre a verdade daquela afirmação? - perguntarão alguns. Do meu ponto de vista existem pelo menos algumas questões que devem merecer alguma reflexão e que serão o objecto desta comunicação.

A guerra civil terminou oficialmente em Moçambique com a assinatura dos Acordos de Paz de Roma em 04 de Outubro de 1992. Em 1994 realizaram-se as primeiras eleições consideradas livres e justas pela comunidade internacional de onde saíram vencedores, Joaquim Chissano, que assim se tornou no primeiro presidente democraticamente eleito em Moçambique, e o partido Frelimo que conseguiu uma maioria absoluta no parlamento. O principal partido da oposição, a Renamo, e o seu presidente, Afonso Dlakhama, conseguiram apesar de tudo um resultado expressivo, tendo inclusivamente obtido a maioria nas províncias do centro do país. A Renamo tornou-se assim na maior oposição parlamentar em África.

Em 1998 realizaram-se as primeiras eleições locais para os 33 municípios definidos pela lei eleitoral. Estas, no entanto, decorreram num clima de grande controvérsia já que foram boicotadas por todos os partidos da oposição, que acusavam o governo e o partido Frelimo de fraude, nomeadamente, no processo de recenseamento eleitoral. Por outro lado, a própria divisão do território em apenas 33 municípios assentes principalmente nas grandes cidades era visto pela oposição como mais uma manobra de "engenharia eleitoral" que tinha como único objectivo favorecer o governo e o partido que o apoiava. A afluência às urnas foi portanto muito fraca, tendo a taxa de abstenção atingido os 85%. Todos os 33 municípios ficaram nas mãos da Frelimo.

No ano seguinte, 1999, decorreram as segundas eleições legislativas e presidenciais, mas já numa situação de suspeição generalizada. Mais uma vez, Joaquim Chissano e o partido Frelimo foram os vencedores, mas com uma percentagem de votos menor do que nas primeiras eleições. Nas eleições presidenciais, o segundo candidato mais votado, Afonso Dlakhama, ficou a escassa margem do vencedor. As eleições foram consideradas na generalidade livres e justas pela comunidade internacional, mas houve diversas queixas por parte de alguns observadores internacionais, nomeadamente o Carter Center, que levantou dúvidas sobre a lisura do processo. O ponto mais controverso foi a anulação de dezenas de milhar de votos nas províncias do centro do país, bastião tradicional da Renamo, que a terem sido validados teriam provavelmente contribuído para um resultado diferente, nomeadamente nas eleições presidenciais.

A Renamo e o seu líder queixaram-se de terem sido deliberadamente prejudicados por manobras eleitorais por parte da Frelimo, o que envenenou o clima político de Moçambique. O clima de suspeição atingiu até o CNE (Conselho Nacional de Eleições), órgão supostamente independente, mas que foi acusado pela oposição de estar a ser instrumentalizado pela Frelimo. Por todos

estes motivos e outros que iremos referir ao longo deste artigo, a segunda legislatura, que terminará em 2004, com a realização das terceiras eleições presidenciais e legislativas, tem sido bastante atribulada, o que levanta algumas questões sobre o processo democrático em Moçambique.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

"A União da República de Timor (URT): o atrofico movimento protonacionalista islâmico-malaio em Timor, 1960-1974".

Moisés Silva Fernandes

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9; tel. 21 780 47 00; fax 21 794 02 74

moises.fernandes@ics.ul.pt

Análise das razões subjacentes à incapacidade do movimento emancipalista de Timor-Leste, a União da República de Timor (URT), fundada em 2 de Novembro de 1960, em se afirmar politicamente em Timor-Leste, na Indonésia e internacionalmente.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A transicao e a consolidacao da democracia e da soberania em Timor Leste

Paulo Gorjão

Assistente na Universidade Lusitana, actualmente com licenca, doutorando na Universidade Catolica de Lovaina e bolseiro da Fundacao para a Ciencia e a Tecnologia.

paulogorjao@yahoo.com

Resumo

Esta comunicacao aborda a transicao e a consolidacao da democracia e da soberania em Timor Leste. Em primeiro lugar, procura-se descrever e explicar o processo de transicao para a democracia (1999-2002). Em termos da transicao para a democracia, sera abordado em particular o legado da Administracao Transitoria das Nacoes Unidas em Timor Leste (UNTAET). Em segundo lugar, pretende-se igualmente avaliar a processo de consolidacao democratica que entretanto comecou em Timor Leste,

apos a independencia em Maio de 2002. Para tal serao abordadas diversas componentes da consolidacao democratica timorense: a institucionalizacao do sistema politico, a reforma do sector de seguranca, a justica e a reconciliacao, a sociedade civil, e o desenvolvimento economico.

Por ultimo, procura-se enquadrar a emergencia do novo Estado soberano no contexto regional e internacional. Para tal, serao abordadas as principais relacoes bilaterais de Timor Leste: a Australia, os Estados Unidos, a Indonesia, o Japao, e Portugal.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Lusofonia e Estratégia Geopolítica

Fernando dos Santos Neves

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Reitor e

Director do Curso de Ciência Política

reitoria@ulusofona.pt

Resumo:

Mais que projecto ou "questão cultural", a Lusofonia é obviamente uma "questão linguística" e, embora talvez menos obviamente, também e até sobretudo um projecto ou uma questão de "estratégia geopolítica". Só uma tal "Lusofonia" poderá tornar-se a via real, senão única, de desenvolvimento humano sustentável e de legítima afirmação internacional de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa, incluindo Portugal.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Pragmatismo e Ideologia no Portugal dos anos '50: o caso de Macau entre a Republica Popular Chinesa e Estados Unidos.

Flora Bertizzolo.

Licenciada pela Università degli Studi di Firenze, Fac. di Scienza Politiche "Cesare Alfieri".

floonlain@yahoo.com

ABSTRACT

This paper will demonstrate how three states, with a antagonic

political framework, such a fascist dictatorship, a socialist republic e a liberal democracy, overcame their ideological differences and worked together for their own advantage.

During the '50s, the United States undertook a strong "economic war" to the Communist Bloc, in order to stop its industrial development, maintain military supremacy and split the Sino-Soviet Alliance. The CoCom (Coordinating Committee) -a secret organization framed in the NATO- and some legal dispositions tying Marshall loans and credits to the respect of the American restriction on commerce, were part of the U.S. strategy to get European cooperation.

In this scenario, the importance of the minuscule Portuguese enclave of Macao grew more and more, the latter becoming one of the most important centre of international smuggling of "forbidden" goods, like petroleum, arms for the anticolonialist movements in Indochina, rubber, chemicals...as well as gold, primordial for the PRC to buy on international markets.

Fascist Portuguese regime, leadered by dictator Salazar, was eager to cooperate with Communist Reds, in order to keep his Império Ultramarino intangible; Beijing, as well, for its own "long run" advantage coped with keeping fascist imperialist of a ""insignificant state as Portugal" in its own territory, loosing any occasion to invade it. The Americans, while showing a adamantine attitude in maintaining their embargo policy at home, tried to come to terms with Portugal, letting knowingly Macau be a loophole of the net.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Gary, Mei Cheong NGAI
mollynwong@mail2me.com.au
President, Sino-Latin Foundation, Macau

Resumo:

ABSTRACTS OF THE ARTICLE

"PERSPECTIVES OF GREATER CHINA IN THE 21st CENTURY
AS SEEN FROM MACAU"

The article elaborates the Greater China concept and perspectives, in three different aspects:

1) National unity and cross-Strait relations: explaining why a

national disintegration like in the former Soviet Union and Yugoslavia is improbable and unaffordable; why and how the Taiwan dispute could be resolved in the end through a long process of economic, social and political integration, based on a new formula, different from that of the Hong Kong and Macau model.

2) China's potential strength and regional cooperation: analysing why China is still an underdeveloped country in spite of its fast economic growth since 1979, and how China is breaking the "containment policy" of the US and expanding its regional cooperation, heading towards forming a new block in East and South-East Asia, but still far from posing a "military threat", if any, to the rest of the world.

3) China's internal stability and Hong Kong/Macau's role: revealing China's internal problems of unemployment, growing disparity between rich and poor, and the arising problems after China's entrance into the WTO, as well as China's leadership succession and the grave problems of political reform. Hong Kong and Macau as becoming part of China, can still play an important role in the drive for China's modernization by capitalizing on their own specific identities, which have to be carefully protected from being eroded.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

«Triângulo Estratégico Lusófono: Portugal-Brasil-Angola».

José António de Passos Palmeira.

Professor Auxiliar do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.

palmeira@eeg.uminho.pt

Resumo:

O poder de Portugal nas Relações Internacionais está directamente relacionado com a sua capacidade de otimizar, através de uma política de "geometria variável", a sua pertença a três "grandes espaços": União Europeia, Aliança Atlântica e Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Destes três elos, o último é actualmente o mais fraco, devido a contingências conhecidas - que vão desde o reduzido empenho colocado pelo Brasil no seu sucesso até à instabilidade política interna na maioria dos países africanos de língua portuguesa. Acontece que o "espaço lusófono" tem potencialidades para ser uma "marca" (de origem portuguesa) no mercado global do sistema internacional, assim os (oito) Estados

que o representam consigam convergir em políticas que, para além da defesa e promoção da língua comum, passem pela institucionalização de uma cooperação alargada a outros domínios de interesse mútuo. Portugal, Brasil e Angola apresentam-se - em face do seu potencial regional - como os mais capazes de funcionar como "locomotiva" de um tal projecto. Trata-se de instituir um "triângulo estratégico" capaz de, no contexto internacional, defender valores afins ao "grande espaço" lusófono. Na perspectiva geopolítica será a materialização do anunciado "regresso ao mar" por parte do europeu Portugal.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Os SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL, ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA SOBERANIA DOS ESTADOS, NO QUADRO DA UNIÃO EUROPEIA

Eduardo Raúl Lopes Rodrigues

Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa,
Prof. Convidado

edraulopesrodrigues@yahoo.com

RESUMO

Partindo da formulação tradicional em que a Soberania dos Estados se manifesta também na definição das obrigações de Serviço Público, e, bem assim na forma como são implementadas, faz-se um exercício prospectivo do novo paradigma decorrente das transformações em curso na UNIÃO EUROPEIA.

Dá-se um especial enfoque à ressonância adveniente da interacção entre os artigos 16.º e 86(2) do Tratado CE/Nice, tendo em conta os trabalhos de Convenção Europeia (2003) e as tendências que se desenham para a próxima CIG, bem como o Livro Verde da Comissão Europeia, presentemente em debate público.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Título: O Princípio da Subsidiariedade e o Utilitarismo

João Ferreira do Amaral, professor catedrático, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa

famaral@iseg.utl.pt

Resumo da Comunicação

Nesta comunicação é analisado o princípio da subsidiariedade tal como é entendido na União Europeia. Defende-se que este entendimento tem na base uma concepção utilitarista, que se considera inaceitável. Propõe-se uma formulação mais adequada da subsidiariedade, fundada no conceito de óptimo de Pareto.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A EUROPEIZACAO DOS SISTEMAS POLITICOS NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO

José M. Magone

Department of Politics and International Studies

University of Hull

Este paper tenta fazer um balance da discussao sobre a Europeização dos sistemas politicos nacionais, um processo que comecou em meados dos anos oitenta sob a presidencia da Comissao por Jacques Delors. Uma primeira parte discute a literatura sobre Europeização e tenta construir um quadro teórico para discutir o processo de Europeização em perspectiva comparada. A segunda parte é dedicada á comparacao das experiencias dos diferentes estados membros. O paper focará no impacto da Europeização sobre o executivo, parlamento, e politicas regionais.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

The rise of sub-national authority or the emergence of paradiplomacy

in the European Union

Luís Lobo-Fernandes

Professor Associado de Ciência Política e Relações

Internacionais Departamento de Ciência Política e Relações

Internacionais

Escola de Economia e Gestão

Universidade do Minho

luislobo@eeg.uminho.pt

Abstract

In what ways do regionalisation strategies change the patterns of international relations and traditional diplomacy in the European Union? The processes of devolution in UK and of decentralization in France represent an interesting case to assess the impact of the involvement of sub-national authorities in foreign affairs and upon the existing external structures. In particular, this paper analyses comparatively the international representation of the nations/regions (Scotland, Wales, Midi-Pyrennées and La Loire), their paradiplomatic practices, and the emergence of new transnational networks at the EU level and beyond. The aspirations of the new regional bodies about their involvement in foreign affairs and the rights that they have achieved already in this field has increased considerably. This paper looks therefore at the consequences of the newly created regional structures for foreign affairs and its impact on the states' traditional monopoly in foreign policy.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Dr. Michael W. Bauer
Hessische Staatskanzlei
Europaabteilung
Referat Grundsatzfragen
Bierstadter Straße 2
D-65189 Wiesbaden

"Novas formas de actuação política na Europa:
- Método Aberto de Coordenação"

Resumo:

A UE torna-se progressivamente mais heterogénea. Com os crescentes desafios da política europeia, aumenta a pressão para a apresentação de soluções comuns e simultaneamente para a sua rápida implementação. Por esta razão, recorre-se cada vez mais ao chamado "Método Aberto de Coordenação". O Conselho formula assim alvos a atingir, cuja transposição para cada país é controlada por uma monitorização supra-nacional com base em indicadores sócio-económicos. Este instrumento revelou-se altamente eficiente quando posto em prática, dado que desencadeia mecanismos que não requerem acordos formais, mas que, todavia, permitem alcançar resultados políticos convergentes. A este indiscutível

acréscimo de eficiência contrapõem-se, no entanto, dúvidas quanto à sua natureza democrática assim como à sua constitucionalidade. Este artigo analisa o modo como o "Método Aberto de Coordenação" actua sobre o aumento de transparência, a redução do deficit democrático e a abertura da União Europeia à deliberação política. O artigo defende que o "Método Aberto de Coordenação" não perderá na prática a sua força de atracção sobre os políticos europeus nos tempos mais próximos. Urge, por essa razão, aumentar as competências do Parlamento para controlar a utilização deste instrumento.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Paulo de Almeida Sande
Cidadania europeia, dos direitos à participação
Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos.
Investigador, Doutorando, Assistente com regência de Construção Europeia (Licenciatura em Sociologia)
psande@mail.telepac.pt

Resumo

Ser cidadão, hoje, significa muito mais do que ser membro da cidade. Desde logo, por uma razão de espaço: a cidade dos nossos dias, longe da urbe tradicional resumida a um espaço entre muralhas, ultrapassou inclusivamente o paradigma mais recente do Estado-nação, e tende a encontrar novas referências, no plano da supra-nacionalidade ou da transnacionalidade.

A União Europeia, novo e poderoso organizador de relações de cidadania, surge sem dúvida como um dos mais paradigmáticos exemplos da nova actualidade assumida pelo conceito: um estatuto juridicamente determinado, direitos e a sua tutela. Falta (faltarão) um claro animus de pertença, faltam deveres específicos, concretos, que concretizem a plena assunção do termo, de uma cidadania completa.

Não pode sem dúvida ser escamoteada a busca recente, de certa forma patética e condenada ao fracasso, de um qualquer tipo de identidade europeia, que justificasse este florescimento de uma cidadania - na acepção clássica - de direitos, deveres e garantias, com base num sentimento de pertença determinado. Chegou, para o efeito, a inventar-se uma proto-mitologia, feita de símbolos, pais-fundadores, heróis, e episódios valorosos. Uma mitologia que nunca foi suficiente para impressionar o imaginário dos europeus,

sobretudo desde que as elites abriram espaço às pessoas, ao povo, na arena do debate político e da decisão (os referendos).

Sobra pois, prévia, a interrogação sobre a exequibilidade de uma cidadania meramente objectiva, despojada dos atributos que a existência de sentimentos de pertença lhe confere. Esse tema é abordado num livro a publicar já no próximo mês (Costa Pinto, Figueira e Sande, "A União Europeia revisitada", ICS, Lisboa, 2003): a conclusão aponta para fundamentos alternativos, que viabilizam a emergência - e a afirmação - de um novo tipo de cidadania, que reforça, complementa, e racionaliza a dimensão nacional. Fundamentos como, por exemplo, a participação. A inclusividade, como alargamento das fronteiras da cidadania aos não-nacionais (o famoso objectivo da Liberdade, Segurança e Justiça, na UE). O espaço público da cidadania na União é o espaço dos cidadãos, não meros receptáculos de direitos e objecto de deveres, mas verdadeiros agentes da ágora.

Do espaço onde ocorre a determinação do estatuto ao efectivo alcance da intervenção dos cidadãos nos instrumentos e processos decisórios e reguladores, vai uma distância essencial, que a União Europeia organiza, à laia de verdadeiro "campo de jogos da cidadania" (Título do recente livro de Tusta Aguilar y Araceli Caballero, El Viejo Topo, Espanha, 2003).

A minha comunicação deverá pois tratar da cidadania europeia, como paradigma ou exemplo, nas múltiplas dimensões relevantes que assume, e em particular na contraposição decisiva entre cidadania, nacionalidade e identidade. O espaço onde se desenrola a nova fase - ou faceta - da cidadania, supra, multi ou pós-nacional, é o elemento mais importante a ter em conta, a par, bem entendido, da natureza dos direitos, da ausência dos deveres, da relação entre quem outorga e quem garante (os tribunais).

Não deixarei naturalmente de fazer uma referência ao papel, nesta problemática, dos catálogos de direitos fundamentais.

A cidadania é uma mediação, mas é também uma dimensão básica nas novas sociedades contemporâneas. Resta pois perguntar do que falamos quando falamos de cidadania, num Mundo em que ela é, cada vez mais, determinada fora do enquadramento tradicional do Estado-nação. Parte da resposta encontra-se, singelamente, expressa no artigo 17º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

Não parece estulto falar, com base nestas considerações, numa cidadania pós-nacional já em fase de conclusão.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A União Europeia pós-Nice na Bifurcação: que Caminho(s)?
Isabel Anunciação Ferraz Camisão
Mestranda em Estudos Europeus na Universidade do Minho
isabelcamisao@sapo.pt

RESUMO

Em que medida os últimos anos da história comunitária revelam uma evolução de cariz neofederal?. As inovações introduzidas pelos três últimos tratados (Maastricht, Amesterdão e Nice) representam, embora em escalas diferentes, um salto qualitativo na construção de uma união política alicerçada em premissas de natureza federalizante. Não obstante, - apesar do ritmo frenético das conferências intergovernamentais - não foi ainda possível operar a desejável reforma de fundo do sistema comunitário, indispensável a um maior aprofundamento político e ao ambicioso alargamento que se avizinha. Na realidade, o número de CIG's parece mesmo ter aumentado proporcionalmente à diminuição da sua eficácia. O pós-Nice, considerado o período de "grandes escolhas", surge como uma tentativa de inverter esta tendência: a aposta num debate alargado, aberto à participação dos cidadãos e numa Convenção encarregue de redigir uma constituição para a UE, marca o início de uma fase decisiva do projecto comunitário que, se bem sucedida, representará o salto para um novo estágio da integração. Os modelos propostos são heterogéneos, mas a tendência parece apontar para aquele que nomeadamente Elfriede Regelsberger classificou de cenário federal/constitucional. Ainda assim, está nas mãos dos convencionais e dos Estados-membros produzir um texto capaz de reflectir esta viragem; sendo que a alternativa será provavelmente mais um "estranho híbrido" talvez incompreensível para o cidadão europeu.

Em suma, conclui-se que a União é, e muito provavelmente permanecerá, uma construção única, assente numa dupla legitimidade - Estados e povos - cujo sucesso reside num modelo misto que, apesar do progressivo reforço de elementos federadores, não negará certamente as potencialidades da cooperação intergovernamental. Por esta razão, o neofederalismo parece apresentar-se como a melhor forma de conseguir a desejada superação da tensão entre a Europa intergovernamental e a Europa supranacional, o mesmo será dizer entre a associação voluntária dos Estados e o "Estado federal". Sublinha-se, porém, que caberá aos convencionais (e posteriormente aos líderes europeus) elaborar um figurino institucional capaz simultaneamente de reflectir esta singularidade e de fazer uma aposta "definitiva" no cidadão europeu, quer através do reforço da sua participação política, quer através de uma clarificação do intrincado sistema de governação multinível da CE/UE. A consciência plena do "para que serve a

União?" desculpará certamente os eventuais "sacrifícios" do interesse nacional ditados pela pertença a uma entidade que continua sem rival no papel de catalizador da paz, da prosperidade e da democracia no continente europeu.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Impacto Institucional da União Económica e Monetária e de um futuro "Governo Económico" Europeu

Joel Hasse Ferreira

Prof. Catedrático ULHT

Prof. Convidado Universidade Nova

joelhasse@netc.pt; joelhasse@ps.parlamento.pt

A criação da União Económica e Monetária e o desenvolvimento das suas diferentes fases passando pela criação do EURO, a moeda europeia que se vai tornando moeda de reserva e de troca internacional, vai tendo consequências no plano institucional reforçando a necessidade de mais estreita coordenação das políticas económicas, financeiras e fiscais.

A actuação do Banco Central Europeu e o desenvolvimento do Sistema Europeu de Bancos Centrais não podem deixar de ser vistos em relação com a concretização do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O alargamento da União Europeia e o processo de transformação da arquitectura institucional europeia que, partindo da Conferência de Nice, prosseguiu através da Convenção e de uma nova Conferência Intergovernamental evidenciaram desequilíbrio nos ritmos de integração entre a esfera monetária, por um lado e a política por outro. As propostas de se avançar para um "governo económico europeu" têm que ser vistas à luz da harmonização e contradição entre sistema político e respectivo sistema económico, num contexto de integração monetária e de forte coordenação financeira e "normalização" orçamental.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O alargamento visto do Leste " o longo caminho até à sociedade aberta

Luís Pedro Santos Maia

U Católica Portuguesa "Instituto de Estudos Políticos" Mestrando em Teoria e Ciência Política / Bolseiro PRAXIS XXI (presentemente suspenso, em Janeiro 2004 penso que já ter reiniciado os trabalhos); Instituto Politécnico do Porto - equiparado a assistente de 1º triénio.

luismaia@netcabo.pt

Resumo comunicação:

Muito se tem falado entre nós do alargamento e das suas consequências para Portugal, os seus potenciais benefícios (alargamento de mercados, etc.) e, num discurso mais corrente e fatalista, os seus custos (perda de fundos, periferização crescente face à Europa, necessidade de vectores de compensação, etc.). Relativamente menos se tem falado das suas consequências para a Europa como um todo, seja a Europa dos 15, dos 25 ou a Europa no seu todo, inclusive na sua dimensão mais global.

Raramente se lêem ou escutam análises elaboradas a partir da perspectiva dos próprios países do alargamento. Haverá esquecimento sobre importância de conhecimento dos competidores para com eles poder ombrear (numa adaptação livre dos ensinamentos de Sun Tzu).

Uma correcta avaliação dos novos parceiros - o que na União Europeia equivale a dizer novos parceiros-concorrentes - é vital para análise mais correcta dos desafios que se nos deparam, seja como país seja como membro da UE, e para delinear as estratégias mais adequadas. Daí a relevância desta perspectiva. Mais ainda: aquilo que nos separa em termos de história recente da maioria destes países é bem menos do que aquilo que nos é comum. Por isso também o são muitos dos nossos problemas. Analisar a alargamento a partir do Leste pode surpreender-nos com uma mais clara visão sobre nossos próprios obstáculos e desafios internos e face à UE. Para o ilustrar melhor toda a comunicação é feita em torno a comparações com o caso Português e com a nossa experiência recente, realçando semelhanças sem esquecer inegáveis diferenças.

A comunicação versa então 3 dimensões principais:

1. o desafio político que se depara a esses países e as suas implicações em termos de identidade nacional, pois mais do que os "violentos" processos legais de adaptação e transposição legal do "acquis", provavelmente acrescidos de uma nova "Constituição" o que em termos políticos e sociais está em causa é a exigência de uma acrescida transparência do Estado face aos seus cidadãos mas também face aos seus novos parceiros, é a aceitação da interdependência mesmo no que toca à segurança e controle de fronteiras, processo que mina a ideia de "não ingerência". O que está em causa é, pois, uma brutal limitação da Soberania. É uma diluição dos conceitos tradicionais de "Soberania sobre um povo

num território claramente delimitado por uma fronteira". O processo da construção Europeia é hoje (desde 1944) uma desconstrução do Estado Moderno. Não é um processo de Império nem de Caos. É uma inovação política com elementos comuns a todas as três formas precedentes. Têm alguns autores vindo a chamar a este o "Estado Pós Moderno" (O primeiro autor a usar o termo parece ter sido o Professor Christopher Coker, da LSE, em 1992. A LSE tem vindo a desenvolver o conceito, tal como Robert Cooper do Foreign Office e Thomas Riies, do Colégio de Defesa de Helsínquia.). A questão chave, porém, não se foca em meros vocábulos. Os países do alargamento são Estados recentes (excepto a milenar Hungria e a Bulgária, criada em 1878, todos são Estados filhos do século XX) que, para mais tendo vivido a maioria do tempo sob soberania limitada ou mesmo ocupados, estão num processo claro de busca da afirmação e identidade, tentam fortalecer e fazer ouvir as Nações que lhe estão na origem. Estão num processo claro de afirmação da Soberania Nacional e de reencontro consigo próprios pela construção do seu Estado Nacional Moderno, 2clássico". Questão chave é então: como podem eles entrar num processo em que se percorre o percurso inverso, de desestruturação e abandono desses ideais e dos seus cânones? E qual o custo, nomeadamente em termos de clivagens internas?

2. o desafio económico. Estas são sociedades educadas durante décadas para a não iniciativa, não existência (ou quase) de propriedade privada, populações "treinadas" para a dependência e silêncio, com altos níveis de clientelismo e "informalidade" (uso aqui o "feliz" termo recentemente introduzido no nosso debate pelo Relatório da McKinsey) em termos de "tráfico de influências" e "barões" (esse o nome localmente usado para aquilo que em Portugal se designaria por "caciques locais"). Conceitos como "cliente", "serviço", "qualidade", "concorrência", "investimento" não fizeram parte do léxico e muito menos da prática ou das preocupações destas sociedades durante décadas. Há uma ausência de "mentalidade", de cultura de mercado, mais ainda, de "marketing" - entendido aqui como o direccionar para o mercado. Como também falta de "hábito" de exigência com o trabalho, com os serviços e com a sua qualidade, ora é um consumidor exigente que "produz", força, o bom produto, o serviço de qualidade, a baixa do preço. É a qualidade que cria valor, não a quantidade. Como podem agora enfrentar a competição dos países ocidentais? E estão as suas populações preparadas para o "choque"? Há capacidade de iniciativa, de investimento, de gestão? Ou estaremos perante um cenário de "colonização" económica?

3. os factores de sucesso numa integração. Analisando o caso Português e a situação de "partida" dos PECO, tentaremos identificar os que podem ser factores cruciais de um processo de bem sucedido. E parece-nos que a resposta fundamental a

encontrar é a da questão "quem somos?". Só conhecendo bem as suas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, pode uma Sociedade ter um referencial claro que lhe permita "resistir" aos desafios e à competição e abertura externa.

Só a partir deste conjunto de elementos que o caracterizam enquanto unidade distinta das demais pode saber "para onde quer ir" (definição de estratégia) e saber o que tem a oferecer ao conjunto, questão bem mais crucial do que o que tem a "receber", pois é a primeira e não a segunda dimensão que lhe pode assegurar o futuro, pois dela (oferta) vem a criação do valor

Em suma: a definição clara da identidade, de quais os princípios que fundam o Estado e a Nação (ponto 1) é que permitirão a definição da "Missão" e do "modelo de Negócio" (ponto 2), condições sem as quais o sucesso não é provável.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

La nueva Europa en el año 2004: Las opiniones y actitudes ante la integración en la UE. El caso de la República Checa.

María Fernández de la Puente

Becaria de Investigación (FPU)

Facultad de Ciencias Políticas y Sociología

Universidad Complutense de Madrid

Departamento de Ciencia Política y de la Administración II

Campus de Somosaguas 28223 Madrid ESPAÑA

mariafernandezp@cps.ucm.es

Resumo

La entrada en el año 2004 de diez nuevos países del Centro y Este de Europa en la UE plantea grandes retos, no sólo para la UE en su conjunto, sino también para estos países europeos, que se verán enfrentados a la necesidad de adaptar sus políticas al nuevo contexto jurídico y político marcado por la Unión Europea. Uno de los países candidatos a la entrada en la UE es la República Checa. Este país, que hace algo más de una década se vió en la situación de realizar un referéndum para la secesión de la actual Eslovaquia, se ve en la actualidad sometido a un proceso contrario: la Integración en un marco político que excede sus fronteras geográficas: La Unión Europea, con todo lo que ello conlleva en términos políticos, sociológicos y económicos. "Está preparada la ciudadanía checa para este gran cambio en el año 2004? "Difiere en este sentido de los demás países centro y este de Europa que también entrarán a formar parte de la UE en el año próximo?. La

ponencia tendrá como objeto analizar las opiniones de la ciudadanía checa, las actitudes ante su integración en la UE, y el comportamiento político en el referéndum con ocasión de su integración en la Unión Europea en el año 2004.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Nuno Miranda Ferreira

Universidade Independente : Professor Assistente/ Investigador

nunomf.wiy@netcabo.pt

Resumo da Comunicação :

O DILEMA DA UNIÃO EUROPEIA

A Europa é hoje palco de uma batalha decisiva. Esta globalização aposta no fim da contratação colectiva, na flexibilização absoluta dos mercados de trabalho, na redução substancial do Estado de bem estar e das cargas fiscais sobre o capital. Por outro lado, a resistência a esta pressão já não se pode fazer sem o relançamento de um modelo económico e social alternativo, que preserve e alargue à escala mundial as conquistas sociais e que seja capaz de inovar radicalmente as políticas de intervenção pública e repropor o trabalho - e o pleno emprego - como elemento central de civilidade. As responsabilidades históricas do Continente europeu são de monta. Os europeus, portugueses incluídos, foram decisivos para a mundialização das trocas e para o estabelecimento de uma ordem mundial assente no colonialismo. Já no século XX foi da Europa que partiram para o Mundo as duas guerras mais destrutivas que a Humanidade conheceu. Este o passivo. Mas foi também na Europa que nasceram e se cristalizaram muitos dos progressos que beneficiaram a Humanidade.

É verdade que a União Europeia é actualmente o maior "mercado interno" da globalização. É um mercado rico e com um potencial de crescimento enorme a Leste e significativo no Mediterrâneo. A tendência dos últimos 50 anos é para que Europa geográfica e Europa económica tendam a coincidir, superando a antiga lógica de mercados internos nacionais articulados com mercados coloniais. É esta realidade, e o facto de ser um mercado único onde as importações de outros continentes têm, no conjunto, um peso reduzido, que faz da Europa e da União Europeia em particular, o mais apetecido e importante mercado da globalização.

A integração das economias nacionais tem sido feita em marcha forçada e obedecendo a uma lógica ultra-liberal. Unificaram-se as políticas económicas, em direcção a objectivos de «convergência nominal» entre as economias e com isso reduziram-se as margens

de liberdade das nações. Depois, entrou na ordem do dia a criação de uma moeda única, o que não sendo condição para a existência de um mercado único, foi e é instrumento de pressão acrescida contra a mais esquecida das dimensões da integração - a social; e, finalmente, recolocar-se-á de novo o problema da tradução política da nova realidade criada.

A construção política deste edifício tem-se revelado mais complexa, mas nem por isso é menos decisiva. Antes mesmo de serem dados passos decisivos no sentido da construção de um Estado pan-europeu, que de momento encontra resistências muito variadas, mesmo entre capitalismos nacionais receosos dessa aposta no escuro, vem-se acentuando a cooperação sigilosa entre aparelhos de segurança e ensaia-se, aliás sem grande sucesso, uma política externa comum. Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão, nunca submetidos à verificação dos eleitores portugueses, consagram este caminho político e económico assente num poder desmedido e incontrolado do Banco Central Europeu. Independentemente da opinião que se possa ter sobre o futuro da União Europeia e do interesse de Portugal na integração, é forçoso reconhecer que todo o processo é marcado por uma escolha que privilegia a diminuição da inflação e o equilíbrio orçamental sobre a criação de emprego e que predetermina os resultados do debate político em torno das soberanias nacionais e da articulação de Direitos. A União não está a ser uma escolha mas uma construção imposta aos povos europeus.

Existe uma razão para esta estratégia e ela radica na força histórica dos movimentos sociais europeus e seu património de conquistas. Na Europa, o movimento operário alcançou um conjunto de conquistas sociais muito importantes e, inclusivamente, conseguiu marcar a opinião dominante sobre o papel que os Estados deveriam ter na economia e na sociedade. Se a Leste essa hegemonia teve tradução no caminho aberto pela Revolução de Outubro, a Ocidente o capitalismo foi forçado a encontrar um modelo de desenvolvimento que tivesse em conta aspirações importantes dos trabalhadores.

A Europa é hoje palco de uma batalha decisiva de poder e civilização. Em redor das conquistas sociais representadas nos sistemas de saúde, de educação e de segurança social incorporados no "Estado de bem estar" trava-se um desafio que atravessa e divide a União Europeia. É um combate decisivo, não apenas para os trabalhadores europeus, como para o papel da Europa no Mundo. Porque pressentem ser este o conflito principal, os eleitores do velho continente têm-se manifestado contra o rigor neo-liberal imposto pela direita em toda a União. Desta realidade resulta um novo quadro político em que, de 15 governos da União, 13 são de partidos socialistas ou social-democratas. Mas não existem razões particulares para expectativas. É certo que Blair, Schroeder ou

Guterres não são exactamente a mesma coisa do que Lionel Jospin. Existem hoje na Europa inúmeras energias, correntes e práticas políticas e sociais para este desafio programático e de luta. É daqui que se deve partir, da capacidade de acentuar as convergências entre tais forças e correntes de pensamento de distintas tradições e práticas sociais, para que seja possível dar expressão ao desenho de uma outra Europa. Uma Europa que respeite a soberania das suas nações, seja capaz de sustentar as conquistas sociais, que não prescinda do objectivo do pleno emprego e que, ao mesmo tempo, é capaz de interrogar a sociedade de consumo em que vive e o seu papel na economia mundial e nas relações com o Terceiro Mundo. A quinta conclusão é decisiva para o nosso futuro: a Europa em que Portugal tem interesse e vantagem em participar é a que sabe projectar o melhor da sua História no futuro. É uma Europa capaz de valorizar todas as identidades, das nacionais às de classe, das migrantes ao multiculturalismo, e fazê-las convergir na defesa das suas conquistas civilizacionais e no combate à barbárie que esta globalização espalha pelo planeta.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Lessons for Post-Communist Europe from the Iberian Integration into the EU After 16 Years

Sebastián Royo, Ph.D

Assistant Professor of Government, Suffolk University (Boston, USA), and affiliate and co-chair of the Iberian Study Group at the Minda de Gunzburg Center for European Studies, Harvard University
Sroyo@suffolk.edu

Abstract

The purpose of this paper is to use the integration of Spain and Portugal into the European Union as an opportunity to reflect on what has happened to both countries since 1986 and to draw some lessons that may be applicable to East European countries as they pursue their own processes of integration into the European Union. It examines the integration process and how it has affected political, economic and social developments in Portugal and in Spain over the last sixteen years. The examination of these two cases will shed further light into the challenges and opportunities that new member states will face when trying to integrate in the EU.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Bridges to build: Challenges to democratic consolidation and sustainable development in South Africa

Annelize Nel Weldrick

University of Port Elizabeth

Lecturer: School

Social Science and Humanities

psaanw@upe.ac.za

Abstract

The primary area of focus of this paper is the contribution that the elite can make to successful and sustainable consolidation. Good Governance issues are critical to consolidation as the prospect for consolidating democracy depends largely on the extent to which the democratic regime is able to meet the challenges that face the new state and the expectations of its citizenry. It therefore logically follows that a nexus exists between democratic consolidation and the skills that the governing elite should possess in order to successfully implement policy aimed at delivering services efficiently and effectively to the man in the street. This paper holds that the principles of Good Governance can overcome the expectations trap, which so often characterise new democracies. In addition Good Governance can narrow the ever increasing inequality that currently exists in South Africa and which represents the biggest threat to democratic consolidation.

The paper has been divided into the following sections. Firstly an explanation of consolidation is provided, followed by a discussion on the consolidation of sustainable democracy. Hereafter the treat that inequality holds for the successful consolidation of newly found democracy in South Africa are pointed out. This is followed by a discussion on the nexus between good governance, the role of the elite and sustainable human development. The skills and leadership of political elites are discussed in an attempt to explain the pivotal role played by these actors in the legitimising democratic institutions and procedures. Lastly, the democratic accountability of civil society and political leaders is highlighted as instrumental in creating trust and credibility in democratic practices.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Quão Democráticos Somos Nós? Uma Avaliação do Nível da Democracia em Portugal

Bernardo Ivo Cruz

Doutorando e "Teaching Assistant" no Departamento de Política da Universidade Bristol (Reino Unido); "Associated Lecture" na Escola de Estudos Europeus da Universidade de Cardiff (Reino Unido)

University of Bristol

Department of Politics

Reino Unido

B.I.Cruz@bristol.ac.uk ou CruzBI@cardiff.ac.uk

Passados os anos que imediatamente sucederam a Revolução de 1974, que, nas palavras de Samuel Huntington, deu início à terceira vaga de democratização, Portugal tem vivido, sem interrupções, um dos mais longos períodos democráticos da sua História. A nossa democracia, de tradições europeias ocidentais, rege-se por um conjunto de princípios inscritos não só na Constituição da República de 1976, nomeadamente após a revisão de 1982, mas também na prática diária das Instituições, partidos políticos e agentes do Estado, e está igualmente profundamente enraizada nas (recentes) tradições do Povo Português. Por outro lado, organizações internacionalmente reconhecidas, como a Freedom House, não hesitam em colocar Portugal entre os Estados que mais elevados graus de direitos políticos e liberdades cívicas confere aos seus cidadãos. Acresce ainda que Portugal é membro integrante da União Europeia que desde 1978, e particularmente desde 1993, sublinha o império do regime democrático como característica basilar da participação e adesão à Organização, tanto de Estados membros como de Estados candidatos.

No entanto, de que democracia falamos nós? De uma democracia eleitoral ou de uma democracia liberal, seguindo a distinção fundamental que nos propõe Larry Diamond? Com efeito, um regime democrático de características europeias ocidentais é composto por mais do que a realização de eleições periódicas, por mais livres, justas e universais que estas sejam. Um regime democrático europeu é um sistema complexo, composto por vários elementos basilares que se completam por forma a criarem um equilíbrio, necessariamente precário, que permitirá assegurar a existência e manutenção das duas pedras basilares desse sistema: a liberdade individual e a igualdade entre os cidadãos.

Esta comunicação, acompanhando uma abundante literatura existente, nomeadamente nos Países anglo-saxões, sobre níveis de democracia, como, entre outros, os estudos de Beetham, Dahl, Held ou Saward, propõe-se avaliar o nível actual da democracia portuguesa. Para tanto, iniciará por abordar brevemente três

modelos teóricos de democracia (Neo-Liberalismo, Neo-Marxismo e Ordo-Liberalismo) para seguidamente, e com base no último modelo teórico, e utilizando como fontes os instrumentos jurídicos emanados de quatro Organizações Internacionais (União Europeia, Organização das Nações Unidas, Conselho da Europa e Organização para Segurança e Cooperação na Europa), bem como as tradições constitucionais Europeias e a literatura científica sobre democratização e elementos de democracia, debater cinco características de um regime democrático europeu: direitos políticos; estado de direito; democracia eleitoral, controle democrático das instituições e democracia económicos e sociais. A cada uma das características referidas corresponderá um número de sub-características, num total de 168, que, conjuntamente, permitirão avaliar o nível de democracia de um qualquer Estado Europeu ocidental. Finalmente, será feita a comparação entre o modelo teórico apresentado e a situação portuguesa, utilizando como fonte de informação os numerosos relatórios produzidos por organizações internacionais e organizações não-governamentais, bem como entrevistas conduzidas pelo autor, por forma a ser possível extrair conclusões sobre o real nível de democracia que goza o nosso País.

A avaliação do nível da democracia portuguesa reveste-se, para além de um interesse científico que se julga importante, de um interesse prático interessante, pois permite identificar as áreas em que o nosso sistema democrático se apresenta deficitário, procurando assim contribuir para o debate, que ocorre actualmente, sobre a reforma das instituições democráticas do nosso País.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Descentralización y Reforma del Estado en América Latina: los problemas de la participación política en los países andinos.

Esther del Campo García

Profesora Titular de Universidad

Facultad de Ciencias Políticas y Sociología

Universidad Complutense de Madrid

Departamento de Ciencia Política y de la Administración II

Campus de Somosaguas 28223 Madrid ESPAÑA

delcampo@cps.ucm.es

Resumo:

La descentralización político-administrativa aparece en América Latina fuertemente vinculada a los procesos de Reforma del Estado.

Sin embargo, muchos de estos procesos, y en especial, en algunos países andinos aparecen entrelazados con la demanda de participación política por parte de estas sociedades, y en especial, de algunos colectivos con fuertes anclajes locales. Se trataría de detenerse en el análisis de algunos de estos procesos de participación descentralizada, resaltando los desafíos actuales.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Natalia Ajenjo Fresno

Ideological Polarization and Legislative Performance in Presidential Systems: A causal or spurious relationship?

ABSTRACT

The question under analysis in this research proposal is how to assess the effects of ideological polarization on the legislative performance in presidential systems. In order to tackle this question, I am interested in analyzing ideology both as a dependent and as an independent variable. The first stage, taking ideology as a dependent variable, is necessary given the low consensus on how to measure, and thereby how to define, ideology. I propose a combined methodological strategy in which ideology can be captured in two levels: the micro level (intraparty) and the macro level (interparty or party system). This operationalization of ideology will prove useful in order to evaluate the effect of the characteristics of the legislative scenario, in terms of ideological polarization, on the patterns of legislative production.

This further question is related to the literature examining the effects of diverse institutional designs on regime performance. A robust hypothesis within this field of research is that the party system format "specifically the degree of ideological polarization and fragmentation- is determining of the nature and degree of conflict present in the legislative interplay between the Executive and Legislative branches (see Mainwaring and Scully, 1995; Mainwaring and Shugart, 1997). The main hypothesis is that the higher the number of parties (fragmentation) and the greater the ideological distance between them (polarization), the more difficult it is for parties to agree on a policy agenda. Thus, the more propitious is the situation to that the legislative production is dominated by the Executive, or in a extreme case that legislative deadlock occurs (In the case of presidential systems, this likelihood has been assumed to be greater than for parliamentary systems,

given the extraordinary legislative powers the Executive usually has (such as decree power, veto power and the exclusive authority over certain policy domains) and the fact that the Executive is directly legitimate and has independence of terms from the Assembly. See Linz, 1989, 1994.). It is in this sense that the party system format has been attributed a causal effect upon the legislative performance in presidential systems. In my view, however, this strong causal relationship may become a spurious one under more accurate empirical specifications. For instance, ideological polarization as a measure may only account for the spatial distances between parties, but informs very little about how deeply are the cleavages between them or how much consensus or conflict oriented are the present parties, depending of historical and institutional devices. These elements, if difficult to measure and operationalize as well, can however contribute to understand better the workings of ideology in the way it structures and embeds political representation.

The paper will proceed as follows: first, I discuss the theoretical debates focusing in ideology along these two dimensions (the intraparty and the interparty or party system level). This discussion has the double-barreled nature of having both normative insights and empirical proposals. Thereafter, the paper will develop an empirical strategy to measure ideology that can be applied to comparative analysis. In the third section, I carry out the empirical analysis (Two datasets will be employed in the empirical analysis: (1) a time series survey to Latin American legislative elite, with questions related to the parties' ideology, cohesion and organization; (2) a complete dataset of all the legislation produced in a legislative term in the four countries under analysis.). I have chosen four presidential cases with distinct characteristics for the objectives of this research project: two stable bipartisan cases (Costa Rica and Honduras) and two fragmented multiparty democracies (Guatemala and Panama). This case selection enhances the possibilities of the comparative analysis to display challenging results, and thus lead to a reevaluation of key hypotheses within this field.

Finally, I link up the results with the theoretical discussions previously accounted for. In sum, my research proposal aims at contributing to three specific lines of research within the broad field of Comparative Politics, in particular: (1) offer an alternative model that allows to reevaluate the effects of ideology and other characteristics of the legislative scenario (such as fragmentation and party cohesion) on the legislative interplay between the Executive and Legislative branches in the policy-making process; (2) reflect on the effects of constitutional and historical devices at stake in legislative politics; (3) devise a more empirically and comparatively oriented agenda for the comparative study of

institutions, by highlighting the importance of definitional choices upon measurement choices, and these upon theoretical implications. The evaluation of the performance of political systems is still a wide open field of research around appropriate empirical measures and their definitional and theoretical implications. For this purpose, comparative analysis can shed light on the way that complex interactions between institutional and historical dynamics have a clear effect on political outcomes.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Explaining Patterns of Voluntary Associations in Western Europe, 1918-2000

Tiago Fernandes

Lecturer - Department of Political Studies, Universidade Nova de Lisboa

Researcher - Department of Social and Political Sciences, European University Institute

Via dei Roccettini 9 - I-50016 San Domenico de Fiesole, Italia

Tiago.Fernandes@iue.it

Abstract

In Western Europe, the voluntary association is a modern phenomenon, which was brought about by societal and political changes such as industrialisation, proletarianization, democratisation, the growth of literacy, and the extension of suffrage and State-building. As a consequence, the traditional Estate organisation typical of the Ancien Regime was unable to continue to be the institutional site for the resolution of conflicts as, for instance, the ones opposing labourers to owners and employers or the ones over the definition of political issues like the extension of suffrage or the of rights assembly. Although there were variations within Western Europe with respect to the survival of premodern institutions like the corporations, the self-organisation of new political and social forces through formal associations was a much more efficient organisational device.

In modernising Western Europe, the organisations that have performed this function, and that initially were hard to distinguish, were the political party and the voluntary association. We can say that parties and voluntary associations are ubiquitous in the process of

European modernisation, having existed in a great diversity of political regimes and religious and cultural areas. Nevertheless, from the very onset of modernisation, we come to see differences between European societies in respect to the way the modern organisation of the voluntary association established itself, its political role and national levels of membership or coverage. For instance, the right to form associations was very unevenly distributed during XIX century Europe and countries differed in the extent to which the voluntary association channelled social and political activity and sociability. In nineteenth century Europe, in countries like France, for instance, social movements were mainly based on networks of informal solidarity, whereas, in England, they were mainly constituted of networks of formal associations. In fact, differences like this somehow persist and characterise late twentieth century Europe. European country's contemporary levels of citizen's membership in voluntary associations show great variations. We see how European countries tend to form clusters. The first cluster is formed by countries like Iceland, Sweden, the Netherlands, Norway, Denmark, Finland, where, depending on the sources, between 60% to 80% of the population is affiliated with associations; West Germany, Belgium, Great Britain, Austria, between 50% and 60%, form the second cluster; Ireland and Switzerland, with marks on the the 40%, came third; and lastly, are Italy, France and Portugal, in the 30%, with Spain only with 20%. Moreover, some studies have demonstrated that there's also great regional variation within countries.

Assuming, then, that the push to form associations was common to all European societies, our research question is the following: what explains these differences between countries and over time? More specifically, what are the causal factors, or the combination of causes, that lie in the genesis and spread of the voluntary association that account for inter and intra-national variations ? Is it a single factor like State-development or changes in the nature of capitalism or is it specific timings and interaction of capitalism and State development, as seen, for instance, in modes of public policy ? It is our contention that there's no single factor that accounts for variation in associational life, but instead the divergent national paths and configurations are the result of historical combinations of several causes. Our aim is to develop a theory that explains the historical patterns of emergence of the voluntary association in Europe. Accordingly, in what follows we will first conceptualise the domain of the voluntary association, defining in this process our dependent variable; then, we will review the relevant literature on the subject, pointing out the accomplishments and shortcomings of existing theories; in the end, we will propose a model and method that could be able to explain variations within Western Europe in the levels of affiliation and participation of voluntary associations and

number and type of associations. Our major argument is that civil society, socio-economic modernisation and political culture theories are unable to explain variations within and between Western European countries and that these approaches need to be complemented by a focus on State and regime institutions and party elite strategies.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O debate sobre as políticas sociais em C.Murray, P.Berger e R.J. Neuhaus e G.Himmelfarb
Mariana Ramos de Magalhães
Investigador júnior, Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa
Universidade Católica Portuguesa
mariana.magalhaes@fe.ucp.pt
Resumo

Ao longo dos últimos 15 a 20 anos, a literatura académica tem apresentado de forma exaustiva evidência estatística sobre a evolução de indicadores de aspectos fundamentais da vida diária - emprego, rendimento, educação, família, crime, o fenómeno da nova pobreza - que parece traduzir-se numa profunda perturbação do tecido social, em especial o norte-americano e o britânico. Simultaneamente, o número de programas sociais e a respectiva despesa dos Estados nas democracias ocidentais tem aumentado exponencialmente desde os anos 60.

O debate intenso sobre as causas e consequências das políticas sociais foi relançado nos Estados Unidos nos anos 80, sobretudo com a publicação, em 1984, de *Losing Ground: American Social Policy 1950-1980* por Charles Murray. Neste debate, têm vindo gradualmente a ganhar corroboração empírica três argumentos, que se complementam: um argumento de ordem económica, um segundo de ordem cultural e um terceiro de ordem política.

Em *Losing Ground*, Charles Murray, partindo de uma análise criteriosa dos indicadores sociais, apontou uma relação directa entre a estrutura dos incentivos económicos e o comportamento daqueles que usufruem dos benefícios sociais.

A par da influência do factor económico nas políticas sociais, Gertrude Himmelfarb, em 1995, em *The De-Moralization of Society*:

From Victorian Virtues to Modern Values chamou a atenção para a vitória da contracultura e para as consequências da adopção de políticas de neutralidade moral.

O terceiro factor, de ordem política, é apontado por Peter Berger e de Richard John Neuhaus já em 1977. O texto "To Empower People: Mediating Structures and the Dilemmas of the Welfare State", republicado em 1996, chama a tenção para o facto da centralização política poder levar facilmente à destruição das instituições intermédias, prejudicando gravemente o seu papel na realização de propósitos sociais.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Rendimento igual a justiça social?

Martim Avillez Figueiredo;

Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, mestrando na fase de dissertação, presentemente no estatuto de visiting Student no St, Catherine´s College, Oxford;

martim1@iol.pt

Resumo da Comunicação:

Enquanto cresce a fé na dinâmica do mercado livre, nas vantagens da democracia parlamentar e na importância da autonomia individual, sobem de tom as críticas aos modelos positivos de Estado Providência, vindas em grande maioria de contextos neoliberais. Assim, procurar-se-á explorar este momento do debate sobre a crise do welfare state para, nesse contexto, abordar duas recentes propostas de uma nova política social: o "Rendimento Garantido" de Philippe Van Parijis e o muito recente "Stakeholding" proposto por Bruce Ackerman (o governo britânico está de resto a adoptar esta tese de Ackerman, ainda que com variações significativas quando comparada com o original).

Para além de uma explicação sobre estas duas "ferramentas sociais", pretende-se explorar a dúvida sobre a eficácia de propostas que centram toda a reforma do welfare state em políticas que visam atribuir rendimentos universais - isto é, discutir a viabilidade de uma política social baseada apenas em mecanismos que constituam alternativas aos salários, sobretudo no muito particular espaço social europeu.

Afinal, a política social deve apenas procurar o bem-estar financeiro de cada um

ou, pelo contrário, criar condições que permitam ao cidadão olhar

de outra forma

a sociedade que o rodeia, descobrindo que há nela um espaço para si? O que é

mais relevante: a mensagem de cidadania - a "autonomia social" de cada um - ou a paridade fictícia dos rendimentos garantidos? Até que ponto é possível no contexto europeu pretender separar violentamente o indivíduo do Estado Providência que sempre o amparou? Onde levarão, portanto, estas políticas de rendimento quando comparadas com modelos alternativos que mantenham no Estado a responsabilidade de ajudar cada indivíduo a descobrir as vantagens da responsabilidade individual?

Percebe-se, assim, o ponto da apresentação: discutir de que forma Estados empenhados em implementar políticas de rendimento serão capazes de formar cidadãos que compreendam as exigências da democracia liberal e aceitem o desafio da autonomia. Dito de outra forma, procurar-se-ão antecipar as consequências de implementar uma política social que crie novos consumidores em vez de apoiar o desenvolvimento constante de uma massa de cidadãos esclarecidos e conscientes dos seus papéis e responsabilidades sociais.

Portanto, e sem pretender explorar o domínio das soluções alternativas, este paper visa contribuir para o muito actual debate da reforma do welfare state, concentrando-se apenas num dos seus muitos domínios: a eficácia dos mecanismos de rendimento universal e a sua relação com a justiça social.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA SOLIDARIEDADE NO BRASIL

AUTORA: Terezinha Moreira Lima

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Maranhão - Maranhão - Brasil

Professora Assistente do Departamento de Ciências Sociais - CCSA/UEMA

tmlima@elo.com.br

RESUMO

A sociedade brasileira está marcada por um viés classista extremamente heterogêneo, onde se verificam lutas sociais de toda natureza, desde as encabeçadas por trabalhadores e funcionários públicos na defesa de empregos e salários, pela inserção no mercado de trabalho, àquelas lutas pela salvaguarda dos direitos humanos e de cidadania. No fundo, os trabalhadores, mulheres, índios, negros, pacifistas, ambientalistas e demais segmentos

sociais lutam, de forma pulverizada, por uma sociedade mais igual e são movidos pela paixão, por ideologias e valores diversos suscitando, portanto, coletivos socialmente heterogêneos. Expressam as contradições sociais resultantes do atual processo de reordenamento do capitalismo mundial, cuja lógica de mercado atinge a todos. Nesse sentido, tem-se assistido a inúmeras experiências que revelam o movimento da sociedade, onde já não comporta, exclusivamente, o paradigma teórico do sujeito revolucionário, representado pela classe operária. As exigências de transformação da realidade buscam força e legitimidade nos ideais de soberania popular e dos direitos humanos. As reflexões neste trabalho, ainda preliminares, têm em vista compreender a nova configuração das lutas sociais, suas articulações e significados face às crises e determinações do capitalismo, assim como os diferenciados tipos de organização construídos na atual correlação de forças. Neste cenário, se destacam os movimentos sociais; os empreendimentos autogestionários da economia solidária fundados em princípios socialistas; as organizações não governamentais, (ONGs); os empresários e a nova ética da responsabilidade social; e, finalmente, as entidades do "terceiro setor" com suas várias vertentes que abrangem o voluntariado, ações filantrópicas e projetos sociais que, muitas vezes, se confundem com a economia de mercado.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O Banco Mundial e a categoria 'pobreza': algumas reflexões

Vivian Domínguez Ugá

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Doutoranda em Ciência Política.

vdominguez@iuperj.br ou vividuga@globo.com

Resumo

A partir dos anos setenta, a chamada "Era de Ouro" característica do pós-guerra, entrava em crise. Assistia-se, nos países centrais, a um quadro de diminuição do crescimento, queda dos investimentos no setor produtivo e aceleração geral dos preços, endividamento dos governos; o que representou, em última instância, tanto a falência do modelo fordista de acumulação capitalista quanto a crise da ordem social do welfare state.

Se nos países avançados as propostas neoliberais consistiram na redução do papel do Estado, enfraquecimento dos sindicatos e flexibilização do mercado de trabalho, na periferia elas se revelaram

como um receituário de políticas que foi chamado de "consenso de Washington". A partir dos anos oitenta, a difusão de tais propostas esteve a cargo do FMI e do Banco Mundial. Embora a estratégia deste último tenha atuado, nos anos oitenta, associada à do FMI - na difusão das propostas de ajuste -, percebe-se que a partir dos anos noventa o Banco Mundial assume um novo objetivo: o de combate à pobreza.

Frente a esse "novo" objetivo do Banco Mundial, o objetivo do meu trabalho será o de identificar e contextualizar o momento da incorporação do conceito de pobreza no discurso e receituário do Banco Mundial, através da análise de seus relatórios que tratam do tema, para, posteriormente, analisar o que significa o uso desse conceito na formulação de propostas de políticas sociais para os países da periferia. Por fim, o trabalho sugerirá que o uso do conceito de pobreza refere-se a um marco teórico bem definido - proposto pelo neoliberalismo -, que, ao priorizar os pobres como alvo de suas políticas, implica o deslocamento da política social da noção universalizada de direito e, em última instância, sugere a supressão da idéia e da realidade da cidadania social.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Os Anjos de Maquiavel: Policy Making, Estado e Resistências Populares

Alexandre Melo Barradas Maurício

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra (mestrando em Sociologia, Políticas Locais e Descentralização: as Novas Áreas do Social). Técnico Superior da Câmara Municipal de Lisboa
alexandremauricio_ambm@hotmail.com

Resumo

O tema das resistências populares locais às políticas emanadas da administração central do Estado não tem sido totalmente estranho a vários enfoques da historiografia portuguesa moderna e contemporânea. No entanto, o mesmo não se passa no que respeita à análise desses fenómenos à luz dos estudos políticos. Não devem os mesmos ser analisados mediante recurso a elementos da Sociologia do Estado, do Direito e da Administração, acompanhando as dinâmicas voláteis e transversais com que se revestem as relações entre a administração central do Estado e o local? Em Portugal, a par das suas constantes reformulações e as reinvenções normativas, o Estado é acompanhado por determinadas representações simbólicas de si próprio de cariz permanente. Num

território político desde cedo consolidado, o Estado é representado como centralista, não raras vezes autoritário, labiríntico e distante, contraposto à intenção modernizadora que tem norteado, discursivamente, sucessivas gerações de administradores da coisa pública. Todavia, este Estado simbolicamente "forte", tem sido acompanhado, no seu percurso irregular, por uma legitimidade tibia e imperfeita e por racionalidades discrepantes e conflitantes entre si.

À luz da legitimidade, o Estado não raras vezes é contestado e a sua consolidação questionada. Esporadicamente, irrompem manifestações populares de índole local contra o Estado "estranho" e "distante", simultaneamente "patrão" e "pólicia". Manifestações que colocam em causa a sua legitimidade, porquanto é transversal às diferentes formas de regime que esse Estado tem procurado incarnar. Fere igualmente a racionalidade das políticas que dele emanam, pois o Estado estranho e distante não parecer compreender outras racionalidades que não a sua, em especial a "cultura" e a "sabedoria" local/popular.

Um terceiro elemento, a Universidade, coloca-se em posição de sanar os conflitos entre o Estado e o local. À luz da racionalidade, se é certo que os órgãos do Estado legislam e executam políticas, é sabido que não são somente a burocracia e a inteligência do Estado os únicos actores do policy making: a Universidade também influi no processo, fornecendo parcerias ou observatórios para as políticas, gozando de um estatuto especial, o de ser parceiro quase isolado do Estado no policy making (em parte devido à exiguidade e juventude dos movimentos sociais, ao não reconhecimento oficial da actividade de lobing e a uma concertação social corporativa, entre "parceiros sociais" espartilhados por clivagens sociais e políticas que os torna parceiros não "fiáveis" do Estado). Para mais, no imaginário da administração central do Estado, a legitimidade da cátedra preenche junto do "povo" o elemento de legitimidade (pela possessão inquestionável do conhecimento que representa) e de racionalidade (pelo cunho de autoridade científica que consubstancia) que parece faltar ao Estado na sua relação popular. No entanto, racionalidades discrepantes, sob forma de diferentes expectativas entre os cientistas e os decisores e de posições discursivas não raras vezes antagónicas entre os cientistas e os administradores, enfermam políticas insuficientes, herméticas e ininteligíveis junto das populações, acabando por agravar o problema em vez de resolvê-lo.

Para mais, a Universidade acaba por ter um papel ambivalente: se, por um lado, influi no policy making e para fazê-lo tem de estar próxima do Estado e ser credível perante ele, não tem deixado porém, em certos momentos, de tentar compreender e de analisar as dinâmicas de resistência local, dando mesmo, por vezes, consistência científica às reivindicações populares.

Assim, a minha comunicação ao II Congresso da APCP pretende fornecer aos participantes um enfoque político, científico e cívico/cultural sobre as relações entre o Estado e o local, potencialmente útil para os investigadores que encontram nos estudos políticos instrumentos para analisar relações voláteis e conflituantes num Estado não monolítico.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Convergências e Divergências na abordagem das Políticas Públicas

Cristina Montalvão Sarmiento

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de História das Ideias e Estudos Políticos

Secção de Ciência Política e Relações Internacionais

Assistente (Defesa da dissertação de doutoramento prevista para final Outubro 2003)

cris.lu@mail.telepac.pt

Resumo:

Desde a década de 70 a análise das políticas públicas tem progressivamente ocupado um espaço crescente no seio das Ciências acerca da Política. Se num primeiro momento as controvérsias incidiram sobre os efeitos das diferentes metodologias, como constatámos anteriormente (Cristina Montalvão Sarmiento, « Políticas Públicas : o espelho da política. Conjecturas de ordem » in Associação Portuguesa de Ciência Política (Org.), *A Reforma do Estado em Portugal. Problemas e Prespectivas. Actas do I Encontro Nacional de Ciência Política*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 2001, pp. 641- 658.), hoje o debate incide sobre o modo como os especialistas das políticas públicas, em cada país, questionam a relação entre a acção política e a política. Face às diferenças teóricas significativas (*Revue Française de Science Politique*, vol. 46 (1), février 1996 ; E, vol. 52, nº1, février 2002. Passim.), entre os universos científicos em França, no Reino Unido, na Alemanha e nos Estados Unidos, nesta comunicação pretendemos recensear, recepcionando, os diferentes debates nacionais, para descortinar as convergências e divergências dos mesmos, com o intuito de melhorar a visibilidade e posicionamento do nosso próprio debate nacional

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

As autoridades reguladoras independentes e o interesse público na prática da regulação

João Confraria
Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
Universidade Católica Portuguesa
Resumo

O desenvolvimento da actividade reguladora tem constituído um dos elementos nucleares das políticas públicas em mercados que, tradicionalmente, estiveram legalmente monopolizados. Nesta apresentação são sistematizados e analisados problemas e possibilidades de definir e concretizar o interesse público na prática da regulação, com aplicações à actividade das autoridades reguladoras estabelecidas em Portugal nas comunicações, energia e transportes ferroviários e no domínio horizontal de defesa da concorrência.

O problema começa por ser formalizado, em geral, tendo como referência o quadro de actuação de autoridades reguladoras designadas como independentes - dos interesses regulados e da actuação circunstancial dos governos. Admite-se que as autoridades reguladoras são, na definição legal da sua actividade, agentes do interesse público.

No entanto, mostra-se que, nessa qualidade, três tipos de problemas devem ser enfrentados. Em primeiro lugar, essas autoridades não têm em geral um conhecimento preciso do que é o interesse do público, em cada caso que se encontre sujeito às suas decisões. Em segundo lugar, as autoridades reguladoras podem desenvolver e concretizar interesses próprios, distintos do interesse do público. Finalmente, pode questionar-se se o interesse público a ser prosseguido por cada autoridade reguladora corresponde à única dimensão relevante de interesse público no mercado, ou se há outras dimensões de interesse público que, podendo não estar integradas naquela que normalmente é considerada como missão do regulador, devem de qualquer modo ser devidamente contempladas?

Argumenta-se ainda que, em qualquer dos casos existe o problema de fiscalização da actividade reguladora por parte dos poderes constitucionalmente habilitados para o fazer - o governo ou uma câmara de deputados. Neste contexto são analisadas as possíveis falhas na actuação do Estado e as suas consequências nos

mercados regulados.

Na sequência desta abordagem teórica e geral são analisados os quadros de actuação das autoridades reguladoras portuguesas, nos mercados de correios, telecomunicações, energéticos e ferroviários, assim como o da autoridade de concorrência, recentemente estabelecida. Procura-se identificar e discutir os principais méritos e deficiências do quadro institucional de actuação das diferentes autoridades reguladoras e analisar possíveis políticas públicas alternativas.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A PARTICIPAÇÃO DO ELEITORADO NA FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Professor José Olímpio da Silva Castro

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO,

Estado do Maranhão, Brasil

Professor Assistente - Departamento de Ciências Sociais

joseolimpio@elo.com.br

Resumo

Necessária se faz que seja estabelecida uma discussão sobre a participação do eleitorado na elaboração e avaliação das políticas públicas. As Políticas Públicas começam a se manifestar no momento da escolha do voto. Passam pelas diversas fases de discussão para o planeamento da comunidade em parceria com os políticos. Daí a importância da consciência política para definir o voto dos eleitores ao candidato mais comprometido, cujo apoio dependerá do seu desempenho em relação ao reconhecimento e comprometimento com as necessidades e aspirações da comunidade. O eleitorado não pode ficar sem saber o que os políticos fazem e nem se sentir excluído da vida pública. A eficácia das políticas públicas baseia-se na qualidade do eleitorado que tem a responsabilidade de eleger os governantes. O enfoque deste estudo é a conscientização e a participação do eleitorado como parcela do povo que se manifesta de forma institucionalizada através do voto com a responsabilidade de escolher os seus representantes e apontar soluções para as necessidades da população que fundamentarão as políticas públicas a serem definidas. Lembremos Gramsci como formador da consciência política dos trabalhadores. Esta reflexão servirá de instrumento de construção do objeto sobre o compromisso cívico do cidadão-eleitor, condição para tratar da definição e acompanhamento das políticas

públicas sempre baseadas nas necessidades e aspirações definidas pela população.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Sara Piteira, Bolseira na Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestranda em Ciência Política;
João Ricardo Vasconcelos, Bolseiro na Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestrando em Ciência Política;
João Pedro Ruivo, Bolseiro na Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais.

Democracia Electrónica
As Instituições Políticas e os Novos Desafios Impostos pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação

As transformações sociais geradas pela difusão da utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm vindo a conquistar um espaço considerável no contexto das ciências sociais. Os efeitos da contracção espaço-temporal e de simultaneidade produzidos por uma dessas tecnologias - a Internet - nas mais diversas esferas sociais afirmaram-se já como objecto de estudo privilegiado. Com a presente comunicação, pretende-se problematizar as alterações induzidas pela difusão da Internet no relacionamento dos cidadãos com o espaço público nas sociedades democráticas contemporâneas, nomeadamente com as instituições políticas que o integram.

O desenvolvimento tecnológico tem proporcionado novas formas de participação política. O acesso dos cidadãos às instituições políticas pode hoje ser impulsionado não só pela maior quantidade de informação disponibilizada, mas também pela interactividade associada à Internet. Do ponto de vista meramente tecnológico, está aberta a porta para que os sistemas políticos democráticos recebam novos inputs.

O discurso que sustenta as políticas públicas relativas à sociedade da informação tende a reservar um grande enfoque nas potencialidades democráticas inerentes ao desenvolvimento das TIC. No entanto, e contrariando substancialmente este mesmo o discurso, as políticas definidas revelam-se normalmente bastante

reticentes quanto à aplicação prática de mecanismos que possibilitem uma participação mais directa dos cidadãos nos processos de policy making. Estaremos perante um processo ocasional? Ou verifica-se, pelo contrário, uma prática estrutural baseada em cautela e cepticismo quanto à elevada participação dos cidadãos nos processos democráticos?

Por outro lado, os regimes democráticos tendem a salvaguardar-se da participação excessiva dos cidadãos abrigados por filtros que dificultam a "intromissão" civil nos assuntos públicos. Sendo que muitos destes filtros são gerados por obstáculos naturais como o tempo e o espaço, de que modo as TIC poderão contribuir para a queda de muitos dos limites à participação até agora tão comuns? Terão as instituições políticas actuais capacidade para responder aos desafios de abertura que lhes são impostos? De que modo as instituições políticas se salvaguardam da possível "participação excessiva" dos cidadãos que exploram o vasto potencial das TIC?

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Análise do contexto sócio - cultural e económico que determina a orientação do ensino técnico e profissional: O Conselho de Cascais (1983-2003).

Cristina Maria de Gouveia Caldeira
IEP-UCP, doutoranda em Ciência Política
criscaldeira@mail.telepac.pt

Resumo

Este estudo baseia-se na identificação, recolha e sistematização da informação pertinente e disponível, no sentido de apurar as razões sócio-económicas que determinam a orientação do ensino técnico e profissional no Concelho de Cascais de 1983 a 2003. O início do estudo coincide com a Reforma do Ensino Tecnológico e Profissional de 1983 que se insere no contexto sócio - económico do alargamento da CEE e da intervenção do Fundo social Europeu para a Formação Profissional. E todos os esforços que foram efectuados até 2003 no sentido de obter um equilíbrio entre o ensino geral e o ensino técnico e profissional.

Em defesa de um modelo educativo de valorização cultural - profissional, o principal objectivo é identificar os principais factores do afastamento dos alunos do ensino tecnológico e profissional no Conselho de Cascais. O segundo objectivo pretende aferir a valorização social do ensino tecnológico e profissional.

Metodologicamente estão previstas duas fases para conjunto do Estudo: a componente teórica compreende uma macro abordagem

da experiência pedagógica do ensino tecnológico e profissional em Portugal, mais concretamente, da conjugação de factores de pressão quer de ordem interna ao próprio sistema e ao país quer de ordem externa que contribuíram para o seu lançamento e para a sua evolução. Neste âmbito serão estudados os apoios e estímulos quer da OCDE, quer dos programas de investimento na educação com apoios comunitários desde 1989, quer das intervenções do Ministério da Educação; quer através da institucionalização da interface entre o sistema educativo formal/empresa; e as tipologias de redes e parcerias (eficiência/eficácia) criadas. A componente empírica pretende ser um diagnóstico exaustivo das razões sócio - culturais e económicas que determinam a orientação técnica e profissional do Concelho de Cascais. Como elementos de caracterização da amostra analisaremos: alunos com idades compreendidas entre os 15 e 18 anos do Concelho de Cascais, no universo das 10 escolas do Ensino Secundário; opções masculinas e femininas entre os jovens; e actividade profissional dos pais ou grupos sócio - profissionais a que pertencem. Para o efeito, será endereçado a estes alunos um questionário. Contamos ainda com a colaboração das técnicas de orientação das referidas escolas e com outros contributos de entidades ligadas à educação técnico - profissional por via de entrevistas directas. O estudo termina com a síntese das principais conclusões da avaliação das condições sócio - culturais e económicas que determinaram as opções educativas em estudo.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Cuba em Niterói: Um Estudo Comparado do Programa Cubano Médico de Família e a Experiência do Município de Niterói - Rio de Janeiro/ Brasil.

Isabelle Cristina Vieira Pereira.

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ ;

Aluna Mestranda em Ciência Política.

ipereira@iuperj.br

Resumo

O trabalho tem por objetivo realizar um estudo comparado das políticas públicas de saúde fundamentadas no Programa Médico de Família (PMF) em Cuba e no município brasileiro de Niterói, Rio de Janeiro. O PMF foi originalmente criado em Cuba no ano de 1984 como resultado de um amplo processo de regionalização dos serviços de saúde. Atualmente, constitui a porta de entrada do

sistema de saúde desse país. O município brasileiro de Niterói, por sua vez, tendo em 1990 sofrido problemas com a saúde pública, decidiu "importar" o modelo cubano de assistência à saúde, adequando-o às suas condições regionais e infra-estruturais. Inaugurou a primeira unidade de atendimento do Médico de Família em 1992 e desde então, vem promovendo sua continuidade por meio de uma expansão gradual no município.

Em ambos os casos estudados a regionalização e a programação são elementares no plano das políticas públicas de saúde. Por meio destas, a administração pública visa romper com o caráter unitário e centralizador do Governo, distribuir os poderes do Estado, coordenar os poderes locais e determinar as próprias modalidades de participação no espaço e no tempo. Nesse sentido, o PMF estruturado para proporcionar o cuidado primário à saúde mediante planejamentos definidos em programas básicos de ação, oferecendo educação sanitária e estimulando a participação popular em atividades de saúde pública, atua revigorando a todo momento a prevenção à saúde, um princípio básico no atual paradigma da produção social da saúde.

A riqueza deste trabalho consiste em demonstrar que, apesar das diferenças de natureza político-econômica e sócio-cultural entre Cuba e Brasil, a experiência de Niterói revela que o Médico de Família (PMF) funciona fora de Cuba, numa realidade distinta daquela onde fora concebido e fundado. No caso brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) tal como regulamentado na Carta Constitucional, fixa os objetivos a serem alcançados em âmbito nacional na área da saúde pública deixando, contudo, um amplo espaço para a ação executiva. Nesse sentido, a experiência do PMF de Niterói pode ser entendida como uma dentre as ações executivas possíveis em âmbito regional.

Este trabalho mais do que realizar um estudo comparado das políticas públicas de saúde de ambos os países, revela ao público interessado que o desenvolvimento estratégico da saúde focaliza formas de trabalho e integração entre as diferentes esferas do poder (federal, estadual e municipal) e os conselhos populares, agindo numa coordenação intersetorial, promovendo uma descentralização e maior participação social. Nesse sentido, reforça-se o papel do movimento dos municípios pela causa da saúde como espaço para o desenvolvimento das estratégias de prevenção.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O Valor da Água como um Bem Público em Portugal

João Howell Pato [Investigador 'Júnior' Associado / Doutorando - orientação científica Prof. Doutor João Ferrão]. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
joao.pato@ics.ul.pt

Resumo:

As políticas públicas da água estão a atravessar uma fase de transição e transformação profundas que decorrem, essencialmente, da aplicação da Directiva Quadro da Água e dos necessários ajustamentos políticos (institucionais e normativos) e económicos (administrativos, empresariais e organizativos) que dela emanam e / ou que ela justifica. Estas transformações sugerem consequências profundas acerca do entendimento da água como um bem público em Portugal.

Neste contexto, esta comunicação procurará contribuir para três objectivos distintos no que diz respeito à análise do valor da água como um bem público em Portugal:

i. em primeiro lugar, identificar os principais momentos de evolução histórica nos planos normativo e institucional relativos ao entendimento da água como um bem público;

ii. em segundo lugar, trazendo para o centro da questão a reflexão teórica mais recente acerca da teoria dos bens públicos, nomeadamente a teoria dos bens públicos globais; articulando-a com as dimensões mais tradicionais da economia pública e da economia do ambiente na valorização de um bem público; propondo respostas à questão: em que sentidos e com que implicações pode a água ser entendida como um bem público?

iii. em terceiro lugar, confrontar a reflexão teórica produzida com o caso concreto da situação nacional no domínio das políticas públicas da água, procurando responder à questão: a água é um bem público em Portugal?

A resposta a estas questões deverá servir como fundamento para uma reflexão em torno dos princípios e dos valores que definem o bem público. Ao fazê-lo, procuramos evidenciar diferentes possibilidades de actuação política.

A comunicação que aqui proponho surge da reflexão e investigação decorrentes do projecto de doutoramento que me encontro a desenvolver no âmbito do III Curso de Doutoramento do Instituto

de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa dedicado ao tema das políticas públicas da água em Portugal.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

HIV/AIDS and Development in Africa: Governments' policies ignoring genocide on a continent?

Joleen Steyn

University of Port Elizabeth

Researcher and Contract Lecturer: School

Social Science and Humanities

joleen.steyn@upe.ac.za

Abstract

The HIV/AIDS pandemic has spread through Africa at such a speed that it has become virtually impossible to check the increase in the number of people who are infected on a daily basis. All spheres of society are affected by the spread of the virus. As no cure is available, one may deduce that the virus is leading to genocide of a continent, killing more people in its path than the plague of Smallpox in the 19th century.

This paper looks at the relationship between HIV/AIDS and development, and the future of Africa in the light of this pandemic. It is of great importance to establish how HIV/AIDS may impact on Africa's future in light of development and overall improvement of quality of life. An auxiliary to the study is the connection between HIV/AIDS and poverty. Although this matter is surrounded by controversy, it may not be ignored, as this impacts on development. People caught in the throws of poverty cannot afford the extra financial burden of caring for an HIV positive relative or the cost of a funeral. It is essential to determine what role poverty plays in the spread of HIV/AIDS, if any.

The primary focus of the paper is the role African governments play in attempting to curb the spread of HIV/AIDS through public policy. It is logical to assume that government plays a key role in hindering the spread of HIV/AIDS. However, when analysing the rapid spread of the disease in Africa, it may be deduced that governments are failing in their obligation to contain the spread on the African continent. Reference is made to various states in Africa, though South Africa forms the principle case study of the paper.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O Congresso Brasileiro e a Lei das Sociedades Anônimas

Thaís Moura Leite Mantovani

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Doutoranda em Ciência Política

tmantovani@iuperj.br

RESUMO

Este trabalho analisa, a partir do funcionamento do Congresso Brasileiro e de sua estrutura, o processo decisório na formulação de políticas públicas bem como a relação entre os poderes Executivo e Legislativo para a aprovação destas. O argumento central é de que o issue, ou o conteúdo da política é o elemento central que determina o tipo de comportamento que o Congresso irá adotar, isto é, se irá se comportar como um obstáculo à aprovação da política ou se apoiará o Executivo na aceleração da tramitação da proposta. O estudo de caso realizado para corroborar o argumento é o da tramitação do projeto de lei das Sociedades Anônimas. Nesta análise verificamos o comportamento do Congresso, do governo e de grupos de pressão organizados na sociedade.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O momento imperial

Carlos Gaspar

Professor auxiliar convidado

Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada

Resumo:

Os massacres terroristas de 11 de Setembro de 2001 não mudaram nada na estrutura de distribuição do poder que define o sistema internacional. Porém, a demonstração trágica da vulnerabilidade dos Estados Unidos forçou a comunidade política norte-americana a voltar interessar-se pela política internacional, alterou a hierarquia das prioridades na política externa da administração republicana e tornou imperativa uma revisão da estratégia internacional da última das grandes potências.

Esse processo marcou, também, o início de uma série de controvérsias políticas e ideológicas sobre a posição dos Estados Unidos no sistema internacional, a sua visão do post-guerra fria e o sentido da história da primeira potência revolucionária post-colonial. Esse grande debate, que podia ter sido travado logo nos anos do fim da guerra fria, é comparável aos que ocorreram no fim da Grande Guerra ou da II Guerra mundial, ambos inseparáveis de viragens importantes na estratégia internacional dos Estados Unidos e decisivos para a feitura de modelos inovadores de ordenamento internacional.

O grande debate do post-11 de Setembro pode ser delimitado por três conceitos, todos difíceis de definir e, por regra, impropriamente usados. O conceito de império e, mais rigorosamente, o conceito paradoxal de república imperial, tem um significado demasiado vasto, desde a referência trivial às extensas responsabilidades internacionais dos Estados Unidos até à dinâmica de unificação do sistema internacional. De igual modo, o conceito de unipolaridade, se se reduzir a um momento de transição, não obriga a uma revisão da teoria internacional, embora a sua duração possa admitir o fim das grandes potências e a transformação da natureza das unidades constituintes do sistema internacional. O mais opaco, o conceito de hegemonia, parte do sentido literal de comando militar para incluir a metafísica dos costumes ou a homogeneidade total, onde desaparecem as fronteiras entre as dimensões internas e as dimensões externas e as próprias condições de existência de um sistema internacional.

Os exercícios formais são os exercícios do poder : se se encontrar a chave do enigma talvez se possa compreender se a hegemonia unipolar corresponde ou não a um momento imperial.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A Credibilidade Analítica do Conceito de Império.

João Marques de Almeida

Universidade Lusíada, Professor Auxiliar

marquesalmeida@mail.idn.pt

Abstracto:

As tendências unilaterais da actual Administração norte-americana

são muitas vezes vistas como resultado da existência de um sistema unipolar. Os que estabelecem esta relação partem do pressuposto de que a condição de unipolaridade permite uma grande liberdade de acção à potência hegemónica, o que dá origem a uma política externa unilateral. Esta posição tende a gerar duas teses. A primeira considera que é altamente improvável que uma potência hegemónica siga uma política externa multilateral. A segunda afirma que uma ordem internacional multilateral exige uma distribuição de poder multipolar. O objectivo deste texto é discutir a validade daquele pressuposto e destas duas teses.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Transatlantic security, the EU and the war on terror: How indivisible are they?

Luís Lobo-Fernandes

Professor Associado de Ciência Política e Relações Internacionais

Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais

Escola de Economia e Gestão

Universidade do Minho

luislobo@eeg.uminho.pt

Abstract

The Bush administration strategic thinking has brought radical changes, full of implications for Europe. In particular, the US new doctrines of preventive war and regime change have been cruelly exposing EU's multiple weaknesses. This paper suggests that the crises of Kosovo, September 11, and Iraq have clarified the post-cold war evolution and represent altogether a major turning point in contemporary international relations. However, these three events reveal different trends and are fundamentally contradictory in their effects. While Kosovo was a catalyst of a new transatlantic bargain and a more autonomous European role, September 11 had the distinctive character of underlying the very indivisibility of transatlantic security. Iraq, on the other hand, brings about two sharply different visions of the world's geopolitical landscape. What are then the consequences for transatlantic relations? Is there a substitute for leadership by the indispensable nation?

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A caminho de um novo arsenal nuclear americano? A controvérsia dos mini-nukes.

Miguel Monjardino

Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) Professor Convidado Estudos de Segurança Internacional
m.monjardino@clix.pt

Resumo:

No final de Maio de 2003 o Senado e a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América (EUA) aprovaram legislação que autoriza os Departamentos de Energia e Defesa a investigar conceitos avançados como uma arma nuclear com o poder explosivo inferior a 5 quilotoneladas. Estas armas são também conhecidas por mini-nukes. A legislação aprovada não permite à administração construir novas armas nucleares sem autorização do Congresso e, numa proposta de orçamento de Defesa que ronda os 400 biliões de dólares, as quantidades de dinheiro envolvidas - 21 milhões de dólares - são extremamente reduzidas. Todavia, independentemente das quantias envolvidas, o que está verdadeiramente em jogo é a direcção e conteúdo da política nuclear dos EUA. As repercussões políticas, militares e diplomáticas do desenvolvimento, testes e eventual construção de mini-nukes poderão ser extremamente significativas. Para Bruce Blair, um dos mais reputados analistas nucleares norte-americanos, "O futuro nuclear da América está em jogo."

Ao longo dos últimos dezoito meses uma série de altos funcionários do Departamento de Defesa e da Casa Branca defenderam publicamente que o arsenal nuclear dos EUA não tem em conta as novas realidades estratégicas. Para estes funcionários, um arsenal de mísseis intercontinentais com ogivas nucleares extraordinariamente poderosas pode ter sido uma maneira de dissuadir a União Soviética durante a Guerra Fria mas não é uma maneira credível de dissuadir estados como a Coreia do Norte ou o Irão. A pesquisa, desenvolvimento e, eventualmente, a construção de mini-nukes - argumentam estes funcionários, - aumentaria a credibilidade da dissuasão nuclear norte-americana, permitiria colocar em risco toda uma série de instalações militares enterradas a grande profundidade e incinerar armas químicas e biológicas.

A legislação aprovada no Congresso foi fortemente criticada pelo Partido Democrata e por uma série de organizações ligadas ao

controlo de armamentos. Para os críticos, o desenvolvimento dos mini-nukes mostra a determinação da administração Bush em iniciar uma corrida de armamentos e em esbater a linha que separa as armas convencionais das nucleares. Os críticos argumentam ainda que, apesar do seu menor poder explosivo, o uso de mini-nukes terá sempre consequências devastadoras em termos de destruição e contaminação para as populações civis.

Este paper está dividido em três partes: A primeira analisa as razões que levaram uma série de influentes analistas a propôr a investigação, desenvolvimento e construção de mini-nukes e avalia a maneira como estas propostas influenciaram a política nuclear da administração Bush. A segunda parte discute o debate político americano gerado pelas propostas da administração. A terceira parte avalia o impacto do desenvolvimento dos mini-nukes na segurança internacional e na agenda da não-proliferação nuclear (Tratado de Não-Proliferação Nuclear; Tratado de Proibição de Testes Nucleares) e controlo de armamentos.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A re-inserção da Alemanha no sistema internacional como grande potência europeia, ou: o contínuo processo da normalização da política externa alemã

Patricia Daehnhardt

Docente na Universidade Lusíada e doutoranda na London School of Economics

Patty_Daehnhardt@clix.pt

Resumo:

Com a unificação alemã e com o fim do conflito leste-oeste a Alemanha ganhou poder, terminou um período prolongado de dependências externas e redefiniu-se geopoliticamente num espaço europeu alargado e mais seguro através do aumento da sua margem de manobra política. O profundo processo de transformação no continente europeu produziu efeitos não só no seio das instituições internacionais como a UE e a NATO como também alterou os objectivos e ampliou os meios da política externa alemã. Desde 1990 esta tem sido activa no sentido do prolongamento da zona de estabilidade ocidental para a Europa Central e Oriental e da prossecução do processo de integração europeia.

A Alemanha percorreu uma fase de gradual afirmação do seu poder na política internacional. Se por um lado persiste uma continuidade da sua política externa e de segurança resultante da pertença da Alemanha a instituições internacionais que moldam o seu comportamento político, por outro lado o papel que a Alemanha desempenha dentro delas está a modificar-se. Enquanto que a simbiose entre os interesses alemães e os interesses europeus, herdada dos tempos da guerra fria, fez uma transposição parcial para a década de 90, já no plano transatlântico a Alemanha procurou redefinir o seu papel internacional e reconstituir-se como grande potência europeia. Se durante a Guerra Fria os dois principais objectivos da política externa alemã, a pertença às Comunidades Europeias, assente na proximidade do relacionamento bilateral franco-alemão, e a indispensabilidade da Aliança Atlântica, assente no relacionamento EUA-RFA, eram necessariamente conciliáveis, no pós-Guerra Fria, e principalmente após o 11 de Setembro, estas duas tradicionais vertentes da sua política externa nem sempre se complementam. O crescente desentendimento transatlântico, traduzido pelo esfriamento das relações americano-alemãs em 2002/2003, reflecte um gradual afastamento entre os princípios orientadores da política externa dos dois Estados. Isto tem implicações para a visão estratégica da política externa alemã.

O paper visa responder às seguintes questões levantadas pelo mais recente posicionamento internacional da Alemanha no que se refere à guerra liderada pelos Estados Unidos contra o regime iraquiano na Primavera de 2003: em que medida é que a postura alemã contra aquilo a que o chanceler alemão Gerhard Schroder chamou de "aventura militar" danificou ou mesmo terminou com a era transatlântica? Quais são as consequências para o processo de integração europeia, e para a credibilidade da PESC e da ISDE? O que é que a posição alemã implica para o relacionamento franco-alemão, e qual é o papel da França na Europa do pós 11 de Setembro? Quais as consequências para o relacionamento transatlântico desta reorientação do equilíbrio dos interesses europeus?

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Política Externa Portuguesa 1974-1985: Continuidades e descontinuidades.

João Paulo Bento Beja

Universidade Lusíada, Departamento de Relações Internacionais,

Assistente Doutorando em Ciência Política na Université catholique de Louvain
joaobeja@hotmail.com

Resumo:

O 25 de Abril de 1974 teve consequência, ao nível da política externa, a alteração do posicionamento internacional de Portugal. O que se verificou na sequência do enunciado no Programa do Movimento das Forças Armadas - defesa do respeito dos princípios da independência, da igualdade entre os Estados e da não ingerência nos assuntos internos; alargamento e diversificação das relações internacionais com vista à abertura ao Mundo. No âmbito da política colonial foi reconhecida a impossibilidade de uma solução militar para a guerra colonial e ainda a necessidade de lançar os fundamentos para uma política ultramarina que conduzisse à paz. Tal posição depressa foi ultrapassada pelo desenrolar dos acontecimentos. Como tal, a opção pela descolonização imediata foi decidida logo em Julho de 1974. A par das mudanças preconizadas, o Programa do MFA preocupou-se em deixar bem claro o respeito pelos compromissos decorrentes dos tratados internacionais assinados pelo Estado Português. Postura que em muito contribuiu para o rápido reconhecimento internacional das novas autoridades de Lisboa.

Após 1974 os grandes eixos da política externa portuguesa eram a diversificação das relações internacionais; a ligação ao Atlântico nomeadamente aos EUA e à OTAN; a ligação à Europa, nomeadamente à Espanha, à Grã-Bretanha, à França, à República Federal da Alemanha; a procura de auxílio económico para fazer face à quebra de produtividade da economia portuguesa e às consequências do choque petrolífero de 1973. Com o fim da transição, em 1976, verificou-se a manutenção destas prioridades e o acentuar da ligação à Europa na sequência do pedido de adesão às Comunidades Europeias em 1977, às quais se acrescentaram a cooperação internacional nomeadamente com os PALOP's.

Nestas circunstâncias, a grande novidade foi a aposta na Europa comunitária, em detrimento da ligação privilegiada a África. O que não corresponde a uma total novidade pois desde a década de 60 Portugal havia iniciado um movimento de aproximação à Europa com a participação na EFTA, em 1960, e a assinatura do Tratado de Associação com as Comunidades Europeias, em 1972. Para além de que o fluxo comercial de maior importância, e crescente, e a ligação económica era com a Europa e não com as colónias.

A grande inovação da política externa portuguesa não foram novas

prioridades mas sim o seu reajustamento. Portugal não deixou de ter uma postura atlântica, dado que a ligação às potências marítimas manteve-se como preponderante, em especial aos EUA e à Grã-Bretanha, e a OTAN permaneceu um dos principais fora da sua inserção mundo. Mas com a progressiva importância da vertente europeia da política externa, Portugal assumiu uma postura euro-atlântica e cada vez mais empenho na construção europeia.

A evolução da política externa portuguesa decorrente da alteração do regime, ainda que fundamental, não levou per si à alteração, no essencial, do posicionamento internacional de Portugal. O que de alguma forma nos permite concluir que a política externa se controlo na continuidade e tendo em conta factores tangíveis - como a geografia, os interesses políticos e comerciais - e outros subjectivos - como a história, a memória e os afectos.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A tentativa de Salazar em aderir ao Mercado Comum 1961-1963.

Nicolau Andresen-Leitão

Instituto Universitário Europeu (Florença)

andresen@oninet.pt

Resumo:

O paper analisa a posição de Portugal durante a primeira tentativa falhada para expandir o Mercado Comum, iniciada com o pedido de negociações da Grã-Bretanha a 11 de Agosto de 1961 e que terminou com o veto do Presidente de Gaulle a 14 de Janeiro de 1963. O paper começa por examinar os motivos que levaram o governo de Salazar, na primeira metade de 1961, a rejeitar toda e qualquer negociação política com a Comunidade. De seguida é explicado os motivos do volte face do governo português procurando, de Agosto de 1961 em diante, negociar um tratado de associação com o Mercado Comum implicando a futura adesão plena - embora a Comunidade fosse contrária ao seu regime autoritário e à sua política colonial. Serão analisado os motivos que levaram o governo português a estar razoavelmente optimista que esta dupla de óbices não frustrariam a tentativa - procurando que as objecções políticas fossem ultrapassadas com um pedido de associação, ao invés de adesão plena, e que as objecções coloniais fossem minoradas com a exclusão das províncias ultramarinas das negociações durante um prolongado período de transição (que poderia ir até aos 15 anos). Finalmente, será investigado se a

candidatura portuguesa era realista. Conclui-se que a despeito da tentativa engenhosa do governo de Salazar, Portugal tinha na realidade fracas hipóteses em se tornar membro associado do Mercado Comum.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Diplomacia Parlamentar

Nuno Ricardo Carvalho Manalvo dos Santos

Docente no curso de Relações Internacionais da Universidade Lusíada

Adjunto Político e Diplomático do Presidente da Assembleia da República

manalvo@ar.parlamento.pt

Resumo

A Diplomacia é, por excelência, um meio pacífico de relacionamento entre diferentes actores no quadro das relações internacionais. Com a evolução do processo de globalização, há muito que os poderes executivos centrais deixaram de possuir o monopólio da representação e relacionamento externo do Estado. São inúmeras as estruturas públicas e privadas que aos mais diferentes níveis se relacionam além fronteiras, criando pontes de entendimento impossíveis de controlar num único órgão. Chefes de Estado; titulares de pastas governamentais; parlamentos; municípios; departamentos da administração pública e sociedade civil em geral, assumem autonomamente um novo protagonismo no quadro das relações exteriores.

É neste contexto que os parlamentos têm reivindicado para si um crescente dinamismo e protagonismo na representação do Estado.

Dentro das grandes organizações internacionais, várias são aquelas que edificaram uma subestrutura congregando representantes dos parlamentos nacionais dos seus estados membros: NATO; OSCE; UEO; Conselho da Europa e União Parlamentar Internacional são alguns exemplos.

No espaço da CPLP, a exemplo da Commonwealth e da Organização Internacional da Francofonia, num outro nível, verifica-se mais um exemplo dessa representatividade. A Organização de Língua portuguesa é omissa quanto à existência de uma estrutura parlamentar, mas por pressão dos seus parlamentos nacionais está

já em edificação um Fórum que, a prazo, poderá constituir uma Assembleia Parlamentar no seio da Comunidade.

A presidência da Assembleia da República tem dado passos significativos na representação externa do parlamento, sobretudo através da cooperação que estabelece com diferentes congéneres na área da lusofonia.

Nesta sequência, a diplomacia, com o seu inerente conjunto de funções, conhece uma nova dimensão e a representação externa do Estado ganha um novo interlocutor. A Diplomacia Parlamentar num país democraticamente evoluído oferece um vasto leque de potencialidades. Sendo certo que a definição e a condução da política externa, no caso português, pertencem constitucionalmente ao poder executivo, o parlamento reúne um conjunto de vantagens que o Estado, no seu todo, deve saber aproveitar.

Pela Diplomacia Parlamentar, todos os partidos com assento parlamentar podem participar activamente na política externa do Estado. Este envolvimento generalizado no compromisso com os grandes vectores estratégicos permite que as diferentes sensibilidades político-partidárias acabem por fortalecer a posição do País, aparecendo como um bloco na defesa do interesse nacional. O relacionamento com forças políticas congéneres podem, igualmente, garantir entendimentos privilegiados, pessoais e institucionais, mais tarde ou mais cedo, aproveitados em favor do mencionado interesse nacional. Esta realidade garante uma preparação dos parlamentares nos assuntos externos que, na normal alternância democrática, melhor os habilita e qualifica para uma sucessão suave na condução do poder político. Em matérias em que, para além das nuances próprias, todos se comprometem com determinados objectivos nacionais, a conquista política de resultados vê-se ampliada e reforçada. É o Estado que ganha duplamente.

O papel do parlamento português no processo de independência de Timor-Leste constitui uma prova cabal da importância da Diplomacia Parlamentar.

Por fim, os mecanismos de cooperação parlamentar como órgãos do poder legislativo em países com quem o Estado tem relações privilegiadas permite o reforço da influência nacional, independentemente da força política que ocupe o Executivo. No caso português, a cooperação com os parlamentos africanos de expressão oficial portuguesa tem permitido, também, a consolidação das estruturas parlamentares desses Estados. A sede

da democracia, por definição, expande, assim, como por osmose, a sua sustentabilidade como epicentro da vida política.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

As prioridades externas do Marcelismo

Vicente de Paiva Brandão

Docente na Universidade Lusíada (Lisboa); Doutorando na

Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)

vicpaiva@iol.pt

Resumo

O estudo da política externa do período denominado de Estado Novo é fundamental para se compreender a História portuguesa contemporânea, nomeadamente, no âmbito político-diplomático.

É uma época rica em acontecimentos internacionais a que o governo português teve, na medida do possível, de dar uma resposta adequada. As situações complexas, as crises, as contrariedades, os sucessos e os desafios mais ou menos esperados caracterizaram constantemente a época em causa e conferiram-lhe uma importância decisiva para a explicação do momento político que se seguiu a 1974.

Do início da guerra civil de Espanha ao fim do conflito no ex-ultramar português decorreram cerca de trinta e oito anos. Neste espaço de tempo repetiu-se um conflito à escala mundial, surgiram novos actores internacionais, diversificaram-se opções político-ideológicas, multiplicaram-se atritos de variada natureza (política, militar, económica, social, religiosa, cultural, étnica) e, sobretudo, alterou-se a sede do poder externo: o euro-centrismo tradicional cedeu ao domínio imposto pelos dois grandes vencedores da II Guerra, isto é, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em breve transformadas em super-potências.

Ora, foi de acordo com a conjuntura descrita, que se definiu a orientação diplomática nacional. Umas por antecipação aos factos, outras reagindo aos mesmos. No entanto, sempre por eles condicionada.

No Verão de 1968, Salazar sofreu um acidente doméstico no Forte de Sto. António (Estoril) que condicionou a sua saúde até à morte,

em 1970.

Entretanto, Marcello Caetano ocupou a chefia do governo e o principal protagonista do outro lado do Atlântico era, agora, Nixon.

Estavam, assim, criadas as condições políticas para uma maior aproximação à principal potência ocidental, à qual não foi alheia o progressivo envolvimento desta no Vietname.

Por outro lado, havia a esperança de uma sincera reforma do regime português face à chegada ao poder de uma nova geração de personalidades.

A guerra no Ultramar constituía a prioridade do debate político interno com os naturais reflexos na cena internacional. A "autonomia progressiva e participada" traduzia uma nova atitude que se pretendia conferir à questão.

Nesse capítulo procedeu-se a inovações nas áreas financeira, jurídica, administrativa e de formação de quadros locais. Estas alterações obtiveram eco constitucional com a elevação de Angola e Moçambique à categoria de Estados.

Contudo, não se referia com clareza o percurso e o eventual desfecho da "autonomia progressiva e participada": Existiria a possibilidade de consulta às populações desses territórios, tendo em vista um futuro processo eleitoral? Em caso afirmativo, qual seria a calendarização desse processo? E, independentemente dos resultados eleitorais, qual seria a proposta governamental num patamar mais avançado de negociações (federação, confederação de Estados, comunidade, unidades políticas independentes)?

A falta de solução atempada para estes dilemas estão na origem do 25 de Abril. Curiosamente, não é a pressão externa que vence; é a nível interno que se dá a erosão. As principais chancelarias europeias não acreditavam numa mudança rápida em Portugal e a situação militar nos diversos teatros de operações não era adversa, com a excepção da Guiné. No entanto, os ventos da História sopravam noutra direcção.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A Projecção do Direito Internacional nas Relações Internacionais

António Costa Lobo, ISCSP e IEP- UCP.

acostalobo@netcabo.pt

Resumo

A questão da relação entre o direito internacional e as relações internacionais tem vindo a merecer crescente atenção por parte de especialistas e estudiosos tanto do direito internacional como da ciência política.

Esta questão pode ser encarada, e efectivamente tem sido encarada, a partir de vários ângulos. Um deles, que me parece particularmente interessante, é o da identificação e avaliação dos efeitos da crescente presença do direito no mundo das relações internacionais.

Sendo o direito um instrumento que tem por objectivo fundamental a realização da justiça, a utilização mais ampla e mais completa de tal instrumento permite em princípio ir mais longe, e ser mais eficaz, na prossecução do referido objectivo. Contudo, não podemos daqui concluir que a celebração de um maior número de convenções internacionais, a ampliação de situações por elas cobertas ou o aumento do número de Estados que as ratificaram conduza necessariamente a mais justiça e a um maior bem-estar por parte da comunidade internacional. Basta pensar nos casos em que razões circunstanciais levaram a adoptar regras que dum modo geral se revelam inadequadas, nas situações em que a preocupação de ser minucioso vem introduzir uma rigidez que impede as soluções que o simples bom senso aconselharia, ou ainda nas ratificações que são ditadas apenas por razões de imagem exterior. Alguns autores utilizam, neste contexto a noção de limites à legalização do direito internacional, noção esta que pode ajudar a explicar os motivos pelos quais a adição de mais um conjunto de normas ao sistema de direito internacional pode não ter tido como resultado maior justiça nem qualquer outro benefício para a sociedade ao serviço da qual deve encontrar-se.

Uma das áreas em que nas últimas décadas o direito internacional alargou o seu âmbito de aplicação de forma mais significativa foi a da justiça penal, designadamente no que respeita à possibilidade de determinados crimes serem julgados por órgãos internacionais, e uma etapa particularmente importante neste processo foi sem dúvida a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI). Alguns poderão perguntar-se se não se trata de um daqueles casos em que o direito internacional foi longe de mais ou andou demasiado depressa. A minha resposta é a de que não estamos em presença de um desses casos. Em primeiro lugar recordarei que, independentemente de uma tal instituição corresponder a uma exigência da consciência internacional que tinha raízes antigas e que se vinha tornando mais premente, o processo que conduziu à

aprovação da Convenção que criou o TPI - o Estatuto de Roma - durou cerca de seis anos de intensos trabalhos, atravessou diversos órgãos (Comissão do Direito Internacional, Assembleia Geral das Nações Unidas, comissões preparatórias e a Conferência Diplomática) e envolveu a participação dos Estados, de organizações intergovernamentais e ONG's, e ainda de personalidades representando perspectivas de diferente natureza. Nalguns casos as soluções acordadas ficaram aquém do que pretendiam os sectores mais empenhados na criação do Tribunal. Mas provavelmente não teria sido possível ir muito mais longe na aceitação de soluções de compromisso sem que o preço se tivesse reflectido na própria coerência e solidez do TPI.

O direito internacional tem que aceitar que a velocidade do seu desenvolvimento e algumas das suas ambições são condicionadas pelas realidades políticas e sociais. A política, por sua vez, teria a ganhar aceitando a ideia de que o direito internacional, se por vezes pode impedir o recurso a vias de solução que se julgam mais expeditas, pode por outro lado assegurar às soluções que o tiverem em conta uma maior estabilidade e eficácia.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Desafios para a instauração de uma Governança Democrática Mundial: síntese de um debate

Carlos Schmidt Arturi

Professor do Departamento de Ciência Política, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

e Professor do Mestrado em Relações Internacionais da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - BRASIL

Doutor em Ciência Política pelo Institut d'Etudes Politiques de Paris (Sciences Po)

carlos.arturi@ufrgs.br

Resumo:

O trabalho tem como objetivo principal discutir os problemas teóricos e os desafios práticos postos à instauração de uma governança mundial democrática, a partir da análise de algumas experiências internacionais e nacionais, que articulam agências estatais, instituições internacionais e organizações não-governamentais. Estas experiências foram apresentadas e analisadas num seminário patrocinado pela UNESCO e pelo Departamento de Ciência Política da UFRGS no âmbito do I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, do qual o autor

foi um dos organizadores. As mazelas da globalização econômica, a indefinição e os conflitos da nova ordem mundial, bem como o aparecimento de novos atores internacionais após a Guerra Fria (ONGs, blocos regionais, grandes empresas transnacionais, etc.), estimularam o debate sobre a oportunidade de uma regulação social mundial baseada na democratização, participação e descentralização do planeamento e da execução de políticas. Contudo, a constituição de um espaço público mundial e democrático defronta-se com uma série de problemas: caráter normativo do debate teórico sobre o tema; tendência de algumas ONGs de articularem-se diretamente com instituições internacionais e grandes empresas, em detrimento de órgãos estatais, sobretudo nos países mais pobres; falta de legitimidade de muitas associações e ONGs que se auto-intitulam representantes de setores sociais; imposição de normas, práticas e instituições ocidentais sem considerar as especificidades culturais e históricas das comunidades envolvidas, entre outros que serão analisados no trabalho.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

VINGANÇA DE LEIBNIZ?

As Relações Internacionais entre Realismo e Idealismo... de novo.

Marcos Farias Ferreira

Assistente na Faculdade de Ciências Humanas da UCP e no ISCSP-UTL

marcos.ferreira@clix.pt

Resumo

Qual será a forma mais adequada para reflectir sobre a natureza e a substância das Relações Internacionais? Poderemos contar com algum tipo de fundamento, âncora ou ponto arquimediano de referência que nos oriente nesse trajecto? Será mais relevante recuperar a perspectiva das tradições de pensamento, dos grandes debates, dos paradigmas que dominam os períodos de ciência normal ou estaremos condenados a questionar esta disciplina académica a partir da ideia de crise insuperável? A noção de "crise" parece, aliás, atrair muitos dos teorizadores contemporâneos do "internacional" e influenciá-los na hora de descreverem o estado da arte da disciplina. É bem revelador deste facto, por exemplo, que Tim Dunne, Michael Cox e Ken Booth tenham escolhido o título "The Eighty Years' Crisis" para o livro que editaram sobre as Relações Internacionais no período de 1919 a 1999. Na introdução, os autores justificam por que razão decidiram jogar com o título da

mais conhecida obra de E. H. Carr e explicam por que entendem ser de novo útil pensar as Relações Internacionais em termos de crise. O argumento é o de que, tal como nos tempos de Carr, a incerteza domina as Relações Internacionais, e tanto o sentimento de crise como o de incerteza estão uma vez mais associados a processos de transformação intelectual.

Deste modo, o meu paper pretende reflectir sobre a trajectória das Relações Internacionais enquanto disciplina académica mas também enquanto domínio empírico, no contexto dos acontecimentos que marcam o início do século xxi mas também tendo em conta as influências exercidas pela teoria social sobre os teorizadores do "internacional". Esta perspectiva não se limita a sublinhar que o sentimento de crise e incerteza nas Relações Internacionais deriva da dificuldade de lidar com um "mundo turbulento"; também procura evidenciar que a crise e a incerteza derivam crescentemente da disposição de alguns teorizadores para questionarem os fundamentos epistemológicos do mundo que nos habituámos a reconhecer.

Embora a dicotomia Realismo-Idealismo tenha ficado associada ao estágio inicial da disciplina académica de Relações Internacionais, ainda assim, e com todas as desvantagens que as dicotomias sempre acarretam, parece-me um ponto de referência valioso para tentar fazer sentido do actual momento das Relações Internacionais. Se a década de 90 do século xx pareceu reivindicar a validade do Idealismo, o início do novo século trouxe de volta as reservas e a polémica que, em parte, marcaram a emergência do Realismo na década de 30. É assim que, de novo, nos encontramos entre Realismo e Idealismo, sendo que o meu paper procura identificar as formas específicas que um e outro hoje assumem e as imagens da ordem internacional que produzem. "A vingança de Leibniz" é a expressão de Philip Allott que condensa uma das problemáticas centrais, a saber, o confronto entre a concepção explicativa, realista, das Relações Internacionais e a concepção normativa, e por isso idealista, que insiste que a produção de teoria neste campo de estudos deve recuperar a motivação que esteve na sua origem "conceber soluções mais justas para os problemas de convivência global.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

100 anos de Democracia na Tradição de Woodrow Wilson

Mónica Dias

Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), Faculdade de Ciências

Humanas Assistente

monixy@web.de

Resumo:

Um dos temas que mais nos preocupa hoje é o problema da transição para a Democracia (e da sua consolidação) - não só no contexto da reflexão sobre o destino da Europa, como também na busca de um mundo mais pacífico. Aqueles que chamam atenção para a importância de uma revitalização dos princípios democráticos acreditam, pois, que a Democracia não é apenas uma forma de garantir a paz política e social e de promover o bem estar, mas também uma verdadeira chave para apaziguar conflitos étnicos e atenuar os perigos do fundamentalismo e do nacionalismo extremo. Woodrow Wilson foi um dos primeiros políticos a postular esta noção de Democracia.

Na nossa comunicação propomos reflectir sobre a acepção wilsoniana de Democracia que, a nosso ver, poderá enriquecer o debate actual. O "wilsonianismo" (conceito esse que volta hoje aos jornais de reflexão política) é frequentemente definido como a ideologia articulada por Wilson para definir um novo papel dos EUA na política externa. Está assim intimamente ligada aos objectivos que Wilson formulou durante a sua presidência relativamente à expansão dos valores americanos - nomeadamente da liberdade, da participação política, do comércio livre e da cooperação. A seu ver, a Democracia Americana personificava todos esses valores, motivo pelo qual acreditava que se devia empenhar em "preparar o mundo para a Democracia".

Para o Presidente americano (que fora durante muitos anos professor universitário para Ciência Política e História tendo apresentado reflexões muito amplas sobre a cultura política e a nação americana) a Democracia era um valor em si que consagrava uma promessa para toda a humanidade. O seu apelo proferido no discurso de 22 de Janeiro de 1917 "the world must be made safe for democracy" lança um desígnio maior e mostra como da política exterior dos EUA partiu, em grande medida, da acepção wilsoniana de Democracia, inextricavelmente ligada a conceitos como "Estado", "Nação e Nacionalismo" ou "História e Progresso". Ao longo da nossa apresentação destacaremos brevemente os estudos Congressional Government (1885) e A History of the American People (1902) que nos parecem particularmente relevantes para a definição wilsoniana de Democracia. Como tentaremos elucidar, essa definição continua a ter um grande potencial de significação para o nosso tempo.

Essencialmente, a Democracia é entendida como um resultado de experiências; de uma aprendizagem de hábitos e costumes. Numa clara afirmação do gradualismo político e cultural, o estadista defende o desenvolvimento orgânico das nações.

Consequentemente, rejeita a ideia de "revolução" em virtude do respeito pela ordem constitucional estabelecida cuja alteração será unicamente legitimizada por reformas graduais. Contudo, este gradualismo de Wilson está intimamente entrelaçado ao seu progressismo, pois funde elementos do conservadorismo, como o respeito pela tradição (note-se que Burke era uma das figuras que muito admirava), com elementos de um construtivismo liberal que acredita na ideia da "perfectibilité". Como tentaremos expor, manifesta-se aqui a tensão entre uma interpretação cultural que defende o crescimento orgânico de uma sociedade (sem qualquer intervenção artificial) e uma pulsão interventiva que parece querer legitimar certas formas de "engenharia social". Essa tensão repercute-se na afirmação wilsoniana da Democracia, tomando contornos particularmente complexos quando se liga a expansão da Democracia à construção da paz no mundo - um desafio que continua a estimular o nosso imaginário político. Neste contexto, será certamente aliciante articular esta visão de Woodrow Wilson com as mais actuais teses sobre Democracia de Ralf Dahrendorf, de Timothy Garton Ash ou de Jürgen Habermas.

Entendemos, assim, que a nossa reflexão pode ser um contributo para o debate em torno da reinvenção da Democracia - tema esse tão necessário às nossas sociedades. Em última instância, aponta também para a reflexão sobre a tradição liberal no Ocidente e a afirmação do liberalismo hoje.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Governance by Diffusion - Implementing Global Environmental Norms through Cross-National Imitation and Learning
Per-Olof Busch is political scientist and research fellow with the Global Governance Project (www.glogov.org) and the Environmental Policy Research Centre at the Free University Berlin (www.fu-berlin.de/ffu/). E-mail: busch@glogov.org.

Helge Jörgens is political scientist and research fellow at the German Advisory Council on the Environment (www.umweltrat.de) and the Environmental Policy Research Centre at the Free University Berlin (www.fu-berlin.de/ffu/). E-mail: helge.joergens@uba.de.

Per-Olof Busch and Helge Jörgens

Implementing international norms is a core aspect of global governance. It raises the question of whether, and through which

mechanisms, developments at the international level can influence domestic policymaking. While students of global governance have placed much emphasis on processes of bargaining within international regimes and hegemonic coercion by individual states or international organizations to explain how international agendas reach the domestic level, this paper argues that diffusion constitutes a third and distinct mode of global governance which has not received due attention so far. The paper first outlines the concept of policy diffusion and distinguishes it from other mechanisms of global governance. It draws on theories on the domestic effects of international norms and institutions developed within the field of international relations as well as theories of policy diffusion and policy transfer developed within comparative public policy. Based on an empirical analysis of the international spread of selected policy innovations in the field of environmental protection the paper then demonstrates how cross-national imitation and learning matters as a mechanism of implementing global environmental norms and how these processes of policy diffusion interact with other, more institutionalized, forms of international governance such as unilateral coercion and multilateral negotiation. In the end, conclusions on the theoretical as well as practical consequences of conceptualizing knowledge-based policy diffusion as a primary component of global governance and on its potential as a mechanism for implementing global environmental policies are drawn.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Razão e História: a filosofia política grega como referência para o conhecimento social e para a teoria política.

Bianca Cristina Vieira Pereira

Doutoranda em Sociologia pelo IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

bpereira@iuperj.br

Resumo

A filosofia política é composta por inventores de mundos sociais possíveis e toda teoria política, por sua vez, fundamenta-se em uma proposição cognitiva que requer uma justificativa ontológica. Platão, Aristóteles e os Sofistas são alguns destes inventores que contribuíram para a história do pensamento político, na medida em que suas reflexões serviram de referência para o conhecimento

social e para a configuração política.

A ciência política de natureza empírica tem suas origens na filosofia política, na medida em que a ficção da filosofia política decantou em algo natural, constitutivo da sociedade. Neste sentido, o exercício da ciência política fundamenta-se na imitação de coisas existentes que foram postas no mundo por imitadores de coisas não existentes. A história do pensamento político é uma história baseada em invenções de mundo, invenções estas que acabam por gerar um conhecimento técnico.

Platão, Aristóteles e os Sofistas ofereceram desenhos de mundo possíveis e, mesmo que alguns deles muitas vezes não estivessem fazendo teoria política, contribuíram bastante para a sistematização dos "modos de fazer mundos" que surgiram posteriormente, pois a dimensão temporal que prevalece na filosofia política não é linear, mas sim de "conespacialidade".

Os sofistas, representados principalmente por Górgias e Protágoras, propunham um mundo relativista, pluralista e inconsistente, onde o discurso e a sentença retórica eram capazes de criar mundos. A persuasão como uma das hipóteses para o sumiço de Helena, na obra Elogio de Helena de Górgias, é um exemplo da força de encantamento da retórica como possibilidade de explicação para contextos de interação social. Em cidades com a pólis ateniense entre 508 e 322 a.C., onde a deliberação se dá publicamente através do uso da palavra, o argumento gorgiano de encantamento permanente é algo interessante para se pensar a política, afinal, a persuasão se dá na vida ordinária. Já Protágoras afirma que, diante deste mundo plural, o "homem é a medida de todas as coisas", ou seja, cada um é titular de uma medida própria, onde ninguém pode afirmar o contrário. O que Protágoras parece dizer é que as aparências fornecem as maiores evidências da variedade do mundo, pois tudo o que achamos que existe passa a ser tomado como verdadeiro. O homem é o indivíduo socializado, circunscrito à pólis, sendo a cidade a medida de todas as coisas não triviais, públicas. Este pressuposto desboca no comunitarismo contemporâneo, eis aqui um exemplo da conespacialidade de que falamos anteriormente.

O platonismo é visto como o momento inicial da filosofia política. O desenho de mundo que Platão nos oferece é baseado na eliminação da polissemia, a fim de que a representação seja controlada para que a ordem se instaure na cidade. No intuito de refutar as invenções de mundo oferecidas pela sofística e pela atomística, Platão afirma que o fundamento das coisas encontra-se no mundo das formas e não no mundo sensível, natural. Diferentemente dos sofistas, Platão afirma que o mundo é único, mas há dentro deste um dualismo formal entre o "sensível" e o "inteligível". Porém, ao fazer esta descrição, uma série de pressuposições filosóficas normativas, políticas e éticas passaram a ser exigidas, o que fez

com que seu paradigma fosse uma possibilidade de pensar a teoria política, apesar de a aplicabilidade de uma ciência teórica para a política só ter se concretizado com Aristóteles.

Diferentemente de Platão, Aristóteles - outro filósofo que procura desbancar os sofistas ao afirmar o unicismo do mundo - deposita ênfase particular na natureza, ou seja, na física. Para ele, não existe a separação entre o mundo sensível e o inteligível, pois a distinção entre forma e substância do objeto é algo inerente ao próprio objeto. Enquanto para Platão o importante é conhecer a verdade, para Aristóteles a política é conhecimento prático. A virtude e a felicidade estão, segundo Aristóteles, na dimensão dos homens comuns, onde o importante é a experiência. A ética, para o autor, é um movimento de dentro para fora (comprometimento) e a política, por outro lado, é o constrangimento da cidade, que vem de fora para dentro. O equilíbrio entre ambas é o que provê a ordem social.

Quando reconhecemos que a história do pensamento político contém postulações a respeito da natureza humana estamos partindo do princípio de que não há fronteiras entre a reflexão filosófica e a dimensão empírica da ciência política. Há, sim, um constante diálogo entre ambas.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Paradoxos e Semelhanças - Algumas reflexões sobre Hobbes, Spencer e Hayek.

Carlos Marques de Almeida.

Universidade Católica Portuguesa - Instituto de Estudos Políticos.

Doutorando.

svcosta@ippar.pt

Resumo:

Ensaando um nexos entre a natureza humana e a teoria política, poderemos considerar a existência de dois grandes universos centrados em duas grandes visões do homem e da sua natureza - a visão trágica e o olhar utópico. A visão trágica reconhece que todo o empreendimento humano será assinalado pela perspectiva de um conjunto de limites, limites estes que resultam de um conhecimento imperfeito e de uma visão parcial, num contexto em que a virtude se define como um bem escasso. Assim, todos os arranjos sociais deverão reconhecer e reflectir a existência destes limites, mas a perspectiva do limite como horizonte servirá também para realçar a importância da tradição. As instituições políticas seriam então o

aperfeiçoamento de um dispositivo que, suportando o teste do tempo, demonstraram a sua capacidade para contornar e limitar os efeitos da imperfeição humana. Esta será a visão associada a Thomas Hobbes, Edmund Burke, Adam Smith, Friedrich Hayek, Isaiah Berlin ou Karl Popper.

Em flagrante contraste, o olhar utópico considera a existência de um qualquer limite como o resultado de uma ordem social em concertação com um conjunto de arranjos políticos, desviando a atenção e limitando o olhar em relação a todo um horizonte de possibilidades baseado na esperança de um mundo melhor e mais perfeito. Neste sentido, a tradição não será mais do que uma imposição do passado, uma compilação de erros que deverá sofrer o escrutínio da razão. Só a razão poderá irradiar os arranjos políticos que se supõem adaptados à própria natureza humana; só a razão poderá revelar o verdadeiro limite do empreendimento humano, revelando sobretudo a possibilidade incomensurável do progresso. Esta será a visão associada a Jean-Jacques Rousseau, Thomas Paine, Karl Marx ou Ronald Dworkin.

Ensaçando um nexos entre a natureza humana e a teoria política, e tendo presente a distinção acima referida, analisaremos em primeiro lugar a filosofia política de Herbert Spencer, nomeadamente o contraste entre a industrial society" e a "militant society", não deixando no entanto de sublinhar a importância da biologia, na sua vertente evolucionista, para a elaboração do pensamento político do Autor. De seguida será explicitada a semelhança entre o liberalismo clássico de Herbert Spencer e o pensamento político de Friedrich Hayek, mais concretamente, a distinção entre a "made order" e a "grown order". Um outro aspecto a explorar na comparação entre os dois Autores, e associado ao conceito de organização social e à definição dos arranjos políticos, será a identificação de uma tendência para a contínua expansão da intervenção do Estado, crescente intervenção que Herbert Spencer analisa em *The Coming Slavery* e que Friedrich Hayek explora em *The Road to Serfdom*.

Este contraste entre *The Coming Slavery* e *The Road to Serfdom*, servirá para recentrar a análise na questão dos limites, na circunstância considerando a acção do Estado e a manutenção de uma esfera de autonomia individual. Convocando alguns conceitos fundamentais da teoria política de Thomas Hobbes, nomeadamente uma particular ideia da natureza humana e uma particular concepção das funções do Estado, procederemos a uma análise da relação entre a liberdade e a autoridade nas sociedades contemporâneas, tentando articular e integrar as diversas tradições políticas, conforme analisadas e perspectivadas ao longo do ensaio.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A Raíz Humilde da Prudência em Edmund Burke

Ivone Moreira

Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa -

Assessora da Direcção

imoreira@iep.ucp.pt

Resumo:

Burke suspeita da bondade intrínseca de qualquer construção racional com objectivos reguladores da sociedade. Apenas a adequação às circunstâncias faz com que um esquema racional, civil ou político, possa revelar-se benéfico para a humanidade ("Circumstances (...) give in reality to every political principle its distinguishing color and discriminating effect. The circumstances are what render every civil and political scheme beneficial or noxious to mankind" Burke, "Reflections on the Revolution in France", in *Selected Writings and Speeches*, Ed. by Peter Stanlis, p. 514). A atenção que Burke dá às circunstâncias, que fazem variar as soluções adequadas aos problemas, leva a que para Edmund Burke a prudência seja entendida como a suprema virtude em política ("(...) prudence (in all things a virtue, in politics, the first of virtues)» Burke, "Letter to Charles-Jean-François Depont" in *Further Reflections on the Revolution in France*, Ed. By Daniel Ritchie, p. 15) e mesmo como a virtude directora ou reguladora de todas as outras virtudes (« Prudence is not only the first in rank of the virtues political and moral, but she is the director, the regulator, the standard of them all» Burke, "An Appeal from the New to the Old Whigs" in *Further Reflections on the Revolution in France*, Ed. By Daniel Ritchie, p. 91). Importa então definir o que é para Burke a prudência: conceito simples ou complexo? há apenas um nível/grau de prudência, ou há vários? Onde se deve ancorar a prudência para que verdadeiramente se possa chamar tal? Não será que, no dizer do próprio autor, a verdadeira prudência requer a humildade? Então qual das virtudes é verdadeiramente fundante de todas as outras? São estas as questões a que pretendemos fazer uma primeira abordagem neste artigo.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

SOBRE A ESQUERDA DARWINIANA

João Paulo Monteiro

Catedrático Convidado de Filosofia na Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa

jpmonteiro@netcabo.pt

Resumo

Na área da teoria política, uma das mais originais propostas dos últimos anos é sem dúvida a de Peter Singer, no livro intitulado *A Darwinian Left - Politics, Evolution and Cooperation* (Yale University Press, 1999). O centro desta teoria de Singer é novo em relação às suas obras anteriores no campo da Ética, como *Ética Aplicada* e *Ética Prática* (ambas traduzidas na nossa língua, ao contrário da primeira), mas prolonga uma perspectiva já importante nestas últimas: a essencialidade de compreender o género humano como parte da natureza, como uma espécie animal entre outras - sem esquecer as diferenças que a separam do resto, mas sempre insistindo no que há de comum entre todas. Na última destas obras, por exemplo, declara-se que o milenar abismo entre homem e animal foi destruído pela descoberta das nossas origens evolutivas por Darwin, momento a partir do qual a separação entre nós e as outras espécies só pode ser considerada de grau e não de categoria. Singer ignora que esta última tese já era defendida por David Hume em 1739 e em 1748, no *Tratado da Natureza Humana* e sobretudo na *Investigação sobre o Entendimento Humano*, apesar de citar bastante este autor em outros contextos. Mas o que importa mais é assinalar a dimensão e a intensidade do compromisso de Singer com a concepção evolucionista da espécie a que pertencemos - bem como de muitos aspectos concretos da vida humana, notadamente a vida política.

O desafio que Singer quis enfrentar é tanto mais empolgante quanto é notório que grande parte da rejeição das concepções naturalistas do homem provém da esquerda tradicional, tanto como da direita clássica e das hierarquias religiosas. Sobretudo nas variadas linhas marxistas, um ponto de convergência tem sido a crença de que aceitar uma natureza específica do homem, com traços permanentes e muito longe da perfeita maleabilidade sonhada pelos revolucionários, constitui uma tese reaccionária e portanto um inimigo a abater no campo da teoria política. Singer vence esse desafio na medida em que é capaz de mostrar que o seu darwinismo se situa do lado dos que recusam a indiferença perante o sofrimento dos fracos e dos pobres, dos que são explorados e aviltados, ou simplesmente não têm posses suficientes para manterem um nível de vida decente - portanto a sua atitude corresponde à defesa do núcleo central e mais inequívoco do pensamento e acção de esquerda .

Hoje os preconceitos contrários à plausibilidade da existência de

elementos fixos na conduta humana, próprios da espécie, agora que passou o tempo, também, de uma antropologia do estilo de Boas e Mead ("tudo vem da cultura"), podem ser postos de lado. Em seu lugar, ao mesmo tempo que não se pode esquecer que muitos aspectos da vida humana possuem grande diversidade, produzida por variáveis histórico-culturais, Singer propõe aceitarmos que em outros aspectos o comportamento humano apresenta muitas constantes que são comuns a um grande número de culturas diferentes. A tendência para constituir hierarquias como forma de organização social, longe de ser "ideológica", é um desses traços comuns. O mesmo se pode dizer da tendência para agir em função do interesse pessoal, às vezes sob formas competitivas. Mas o que a teoria darwiniana da evolução, bem como as ciências do comportamento nela inspiradas, apontam também são as tendências da espécie humana, e de muitas outras espécies animais, para diversas formas de cooperação, que podem ser desenvolvidas de modo a conduzirem a um altruísmo não utópico, e que se sobrepõem, em vários casos de forma decididamente dominante, às também inegáveis tendências competitivas. Cooperação que é condição de sobrevivência dos grupos sociais animais e humanos, tal como a preocupação com o interesse próprio é um irrecusável factor de sobrevivência individual. A perspectiva da esquerda darwiniana prolonga os esforços anteriores de Singer em prol de uma ética igualitária, de um modo consideravelmente coerente até certo ponto. Por outro lado, o que parece mais difícil de colocar debaixo do mesmo telhado é a já antiga luta do mesmo filósofo a favor de um igualitarismo capaz de abranger também a vida animal, a ponto de propor a eliminação do uso dos animais na alimentação e na investigação científica, mesmo de doenças que há milénios afligem a humanidade. É neste sector que no pensamento singeriano parece mais difícil conciliar a máxima coerência com a máxima abrangência.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Sorte e Política

João Pereira Coutinho

Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa;

Doutorando de Teoria Política.

pereiracoutinho@hotmail.com

Resumo

Sabemos que um trabalho científico, para apresentar legitimamente

esse estatuto, necessita de uma questão inicial e estruturante, da qual depende tudo o resto. Neste sentido, a questão a que nos propomos responder, e que orienta grande parte do nosso trabalho académico recente, é a seguinte:

Como é possível reflectir - e actuar - politicamente num mundo onde a contingência se exerce com particular regularidade?
Dito de outra forma: qual o papel do teórico político - e do actor político - num palco onde, para utilizar a formulação do filósofo John Kekes, «humanity collectively and human beings individually are subject to causes they cannot control, but which may influence them on ways that fundamentally affect the prospect of good lives»?

Esta questão irá exigir, da nossa parte, uma dupla resposta.

Em primeiro lugar, iremos analisar o próprio conceito de «contingência» e tenderemos a afirmar que existe na vida das sociedades humanas - na vida das sociedades políticas, tal como a História nos revela e demonstra - uma margem de imponderável que, pela sua própria definição, não prevemos, não explicamos e não controlamos. Por outro lado, e ainda alicerçados neste conceito, iremos defender igualmente que a contingência, na vida das sociedades humanas, não refuta apenas algumas das nossas certezas teóricas quando reflectimos a priori sobre o fenómeno político. No seguimento do ensaio seminal de Bernard Williams, intitulado «Moral Luck» (1976), tenderemos a afirmar algo mais: que essa imprevisibilidade não refuta apenas certezas teóricas; a imprevisibilidade pode valorizar (ou desvalorizar) certas acções políticas, independentemente do imperativo moral que presidiu a elas.

Em segundo lugar, e estabelecida esta dimensão de contingência no discurso e na acção, iremos defender que esta realidade implica o abandono de uma concepção activa da reflexão e da arte políticas - entendidas aqui como exercícios criativos, apriorísticos e ideais - e a adopção de uma concepção reactiva - no sentido de que a reflexão e a prática devem reagir à realidade quando «intimidadas» a fazê-lo. Trata-se de defender a Política como um exercício, teórico e prático, que responde às «intimações» do presente - e não como exercício de imposição ideal sobre a realidade contingente. No fundo, implica o abandono da «fé iluminista», que acreditava numa solução racional para todos os problemas humanos - e a defesa de uma visão conservadora, realista, pontual e temporária da reflexão e da acção políticas.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

A justiça no "melhor dos mundos possíveis".

Marta Mendonça

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Professora Auxiliar

mmendonca@fcsb.unl.pt

Resumo

Jurista e filósofo de formação, diplomata por vocação e por profissão, matemático por decisão própria, Leibniz abordou a questão da justiça ao longo de toda a sua vida. Para o filósofo do "melhor dos mundos possíveis", que concebe a realidade como sendo a "harmonia preestabelecida" entre um "reino da natureza" e uma "república de espíritos" governada pelo "melhor dos monarcas", a questão da justiça está longe de ser secundária. Leibniz não se esquivou a pensá-la e, no horizonte que é o seu, equacionou a justiça como uma forma de equilíbrio, entre o que é necessário à felicidade própria e o que não é prejudicial à felicidade alheia (Cf., por exemplo, "Elementa Iuris Naturalis", in *Sämtliche Schriften und Briefe*, VI, 1, 12.2, p. 454: "Justum est quicquid aut necessarium aut nemini damnosum est"; "Iustitia est constans conatu ad felicitatem communem salvâ suâ"). A necessidade de recorrer, de forma sistemática, a uma definição dupla e complementar da justiça, explícita a tensão - leibniziana mas também moderna - entre bem próprio e bem alheio, que conduz a uma concepção muito particular do bem comum: a justiça procura o equilíbrio entre bens necessários, bens desejáveis e males inevitáveis (Cf. op. cit., 12.3, p. 455: "Iustum est de quo alii cum ratione queri non possunt". A justiça aparece necessariamente como uma virtude de equilíbrio, de tensão, tensão entre dois sentimentos opostos: o amor e o ódio (cf. idem, 12.4, p. 462).). Assim definida, a justiça não é pensável fora do quadro da prudência. Leibniz é bem consciente desta dependência e em diversas ocasiões define a justiça pela prudência: "a justiça é portanto o hábito de amar o próximo até ao limite permitido pela prudência" (Op. cit., 12.4, p. 465.), ou é "a prudência para distribuir o mal, até onde for lícito produzir mal" (Op. cit., 12.3, p. 456.). Por sua vez a prudência define-se como "a arte de viver, ou a arte de procurar para si próprio a felicidade" (ibidem.). Na comunicação pretende-se abordar a questão da natureza da justiça, da sua definição e modalidades, tomando como ponto de partida duas obras de Leibniz separadas no tempo: os *Elementa*

Juris Naturalis, e a Méditation sur la notion commune de justice. Nas diversas versões da primeira destas obras Leibniz aborda em chave jurídica o famoso quadrado das modalidades de Aristóteles e procura a partir dele definir com rigor lógico o justo. No segundo texto, mais de 40 anos posterior aos primeiros, aborda a questão da objectividade da justiça e do critério do justo. Em ambos os textos se trata-se de perceber que relação existe entre justiça e vontade, entre bem e poder, entre lícito e possível.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Democracia Deliberativa: Avaliando os seus Limites

Filipe Carreira da Silva

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigador Auxiliar

fcs23@cam.ac.uk

Resumo :

O objectivo desta comunicação é discutir os limites da chamada "democracia deliberativa", um dos principais modelos da teoria política democrática contemporânea. Segundo este modelo, a possibilidade de troca racional de argumentos é a principal condição de legitimação de um regime democrático, variando de acordo com os vários proponentes desta perspectiva o grau de formalização deste processo deliberativo. Em meu entender, urge reflectir sobre a pertinência de algumas das principais críticas que vêm sendo levantadas contra a concepção de democracia deliberativa. Ao privilegiar o confronto entre o modelo deliberativo e os seus críticos em detrimento de uma análise interna às propostas deliberativas, a minha intenção é expor o núcleo normativo em torno do qual a concepção de democracia deliberativa nasceu e se desenvolveu. Finalmente, este núcleo normativo será alvo de uma análise em função da sua incorporação no sistema político da União Europeia. As críticas anteriormente abordadas serão, então, recuperadas por forma a reflectir sobre a real democraticidade do edifício jurídico-político europeu.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Os Pressupostos para uma Conversação Racional

Hugo Miguel Mimoso Chelo

Universidade Católica Portuguesa: I.E.P./F.C.H.

hugochelo@hotmail.com

Resumo:

Para MacIntyre (em *After Virtue*) a situação em que as nossas sociedades liberais-pluralistas se encontram, no que concerne à incapacidade para dialogar acerca das questões éticas mais fundamentais, revela o estado caótico em que se encontra a nossa linguagem moral. Estas sociedades comungam daquilo que o autor denomina de «cultura emotivista», isto é, de uma certa forma de cultura que é a um tempo herdeira de um projecto filosófico fracassado e culpada do desacerto racional em que nos encontramos.

Como antídoto para essa cultura o autor vai chamar a atenção para o domínio das "práticas", essas actividades humanas cooperativas e socialmente estabelecidas onde é promovida uma racionalidade ético-filosófica de carácter aristotélico. Na forma como se estrutura, se desenvolve e no que intenciona, tal racionalidade providencia aos seus praticantes um local onde podem encontrar um conjunto de pré-condições para se conhecerem melhor a si mesmos e aos outros. Trata-se de uma racionalidade que articula de forma mais coerente, menos abstracta, mais aberta à crítica e ao autoconhecimento e mais atenta à «particularidade contingente», um conjunto de propostas ético-políticas que visam por ordem no discurso moral contemporâneo. Procura, por isso, ser uma racionalidade mais dialogante, mais disposta a estabelecer um conjunto de transacções racionais com outras formas de racionalidade.

Para MacIntyre é significativo que não sejam apenas as racionalidades, enquanto corpos de teoria abstractos, aquilo que se pode comparar como mais ou menos dialogante. São antes as pessoas, incorporando ideais morais e metafísicos, desenvolvendo hábitos de investigação teórico-prática e virtudes, habitando particulares contextos sociais com uma história particular, que são mais ou menos capazes de encetar um tipo de conversação racional que lhes possibilita um aprofundamento no conhecimento de si próprios e dos outros.

Este texto irá abordar assim aquilo que penso ser um dos maiores problemas das nossas sociedades liberais e pluralistas. Trata-se daquilo a que Hans-Georg Gadamer num texto de 1971 denominou de «Incapacidade para o Diálogo».

A realidade do diálogo ou da conversação não é um dado incontestável das nossas relações humanas, mas um assunto

problemático. "Quando se encontram duas pessoas e trocam impressões, há de certo modo dois mundos, duas visões do mundo e dois forjadores de mundo que se confrontam." Ora, o problema está em que, no mais das vezes, o confronto degenera em conflito, a conversação decai em quezília. Aquilo que pretendia ser um encontro com outro, um acesso a um outro «espelho do universo», um disponibilizar-se para uma certa ampliação da nossa individualidade no, e com, outro, acaba por transfigurar-se em embate, desordem.

É tempo, afirma John Courtney Murray, de acabar com a estrutura da guerra e de erigir a estrutura mais civilizada do diálogo. "O padrão não será o de exércitos ignorantes defrontando-se à noite, mas o de homens informados e unidos em conjunto numa discussão em plena luz de um novo dia dialéctico. Assim, talvez possamos apresentar a um "mundo cândido" o espectáculo de uma sociedade civil". A interpretação que pretendo fazer da proposta de MacIntyre vai ao encontro desta necessidade.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Teorias Contemporâneas da Liberdade: Popper, Hayek, Berlin, Oakeshott e Strauss.
João Carlos Espada
Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.
Professor Associado. Director.
jespada@netcabo.pt

Esta comunicação inscreve-se num projecto mais amplo que consiste em redescobrir e fazer reemergir uma tradição do pensamento político ocidental que pensa a chamada democracia liberal contemporânea em termos substancialmente distintos daqueles que, a partir das décadas de 1970 e 1980, tenderam a dominar a Teoria Política nas universidades de língua inglesa. Não desejamos catalogar essas diferentes tradições, porque isso seria reduzir a variedade de disposições políticas que cada uma delas encerra a uma unidade que cada uma delas não tem. Diremos apenas, por ora, que se trata de redescobrir uma tradição de pensamento político ocidental que, na segunda metade do século XX, escapa ao tema que acabou por dominar a Teoria Política nas últimas década desse século: o chamado debate entre o Liberalismo de John Rawls e o Comunitarismo dos seus diversos críticos. Estamos convictos de que essa outra tradição de reflexão teórica

sobre as democracias liberais tem, ela própria, uma longa tradição na história do pensamento político ocidental - e a ela faremos várias referências ao longo deste trabalho. Mas o tema central permanecerá sempre no século XX, na segunda metade do século XX, e permanecerá o de procurar detectar os traços comuns a algumas das mais influentes teorias contemporânea sobre a liberdade: as de Karl R. Popper, Friedrich A. Hayek, Michael Oakeshott, Isaiah Berlin e Leo Strauss. Ao fazê-lo, procurar-se-á mostrar que, ao contrário do que é predominantemente aceite, existem importantes traços comuns na argumentação destes autores.

Todos os autores seleccionados tiveram em comum, pelo menos, um traço essencial: todos fizeram da defesa da democracia liberal o centro das suas obras e, muitas vezes, das suas próprias vidas. E isto aconteceu numa época do século XX em que a democracia liberal conheceu os seus momentos mais difíceis, primeiro durante a II Guerra contra o nazismo alemão, depois durante a chamada Guerra Fria contra o comunismo soviético. Com excepção de Michael Oakeshott, que nasceu e viveu em Inglaterra, todos os nossos autores abandonaram os seus países natais e procuraram refúgio em democracias: Leo Strauss nos Estados Unidos da América, Karl Popper, Friedrich Hayek e Isaiah Berlin em Inglaterra. Os três últimos adoptaram a cidadania britânica, sendo que Popper e Berlin viveram em Inglaterra até ao fim das suas vidas, tendo obtido o título de "Sir". Um autor que não consta da nossa resenha, mas que facilmente faria parte deste grupo, é o sociólogo francês Raymond Aron, ele próprio exilado em Inglaterra durante a II Guerra e figura maior da crítica ao marxismo na França do pós-guerra.

Estamos, por isso, perante autores que pensaram a democracia liberal face aos seus críticos. E que o fizeram numa época em que as vantagens da democracia liberal não eram de modo algum adquiridas, como de certa forma passaram a ser, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim, em 1989. No plano intelectual, isto constitui uma excelente matéria prima: se estudarmos convenientemente as obras destes autores, e se conseguirmos pôr em evidência os aspectos comuns que eventualmente subjazam às suas óbvias diferenças, conseguiremos provavelmente captar alguns dos traços essenciais da teoria política da democracia liberal. São esses aspectos comuns e esses traços essenciais que procuraremos detectar na comunicação agora submetida ao II Congresso da APCP.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Espírito Público e Responsabilidade em Democracia segundo A. de Tocqueville

Lívia Franco

Instituto de Estudos Políticos, UCP, Doutoranda, Faculdade de Ciências Humanas, UCP, Assistente com regência

lfranco@fe.ucp.pt

Resumo:

Escreve Alexis de Tocqueville em 1835: "Por vezes, em desespero de causa, a centralização procura apelar à ajuda dos cidadãos; mas então diz-lhes: «Vocês actuarão como e até onde eu quiser e exactamente no sentido que eu pretender. Encarregar-se-ão destes pormenores, mas sem aspirar a dirigir o conjunto; trabalharão às escuras e mais tarde julgarão a minha obra pelos seus resultados». Não é de modo algum com condições destas que se consegue a participação da vontade humana. Ela precisa de liberdade nos seus passos, de responsabilidade nos seus actos. É próprio do homem preferir permanecer parado a rumar sem independência a uma finalidade que ignora." (DA, 132).

De facto, o projecto democrático coloca o homem numa posição estranha. Por um lado, a democracia atribui ao homem uma independência muito forte que decorre da igualdade consagrada e que o faz tender a quebrar todos os laços sociais. Por outro lado, a mesma democracia ignora o que cada homem vai fazer com a sua liberdade. O tema que me proponho desenvolver no II Congresso da APCP assenta exactamente nesta problemática: o que fazer para que o processo irreprimível da crescente igualização das condições não se torne limitador da liberdade ou mesmo capaz de a destruir? Por outras palavras, como fazer coexistir de forma harmoniosa nas sociedades democráticas a paixão igualitária e as liberdades individuais?

Segundo o jovem pensador francês a resposta a esta complexa relação entre a igualdade e a liberdade nas democracias está intimamente relacionada com as noções de espírito público e de responsabilidade. Nas modernas sociedades democráticas, só tendo um papel central e activo é que os cidadãos podem ser simultaneamente iguais e livres e capazes de determinar o futuro das sociedades políticas a que pertencem. O mesmo é dizer que, para que a democracia funcione, não cometa excessos e, em consequência, para que não seja desvirtuada, é necessário que em cada cidadão exista a consciência de que a manutenção da comunidade democrática a que pertence não depende exclusivamente do medo do castigo consagrado na lei, mas,

sobretudo, do seu espírito público e da sua acção constante como membro responsável.

Algumas das perplexidades tratadas por Tocqueville sobre este tema e que serão tratadas na minha comunicação: Porque será que algumas nações mostram possuir maior espírito público do que outras? Qual a fonte do espírito público? Como é que este se relaciona com o patriotismo democrático? O que é ser responsável? Que moral deve vigorar nas sociedades democráticas? Qual deve ser o papel do legislador democrático? Que tipo de direitos de cidadania devem estar consagrados?

As respostas de Tocqueville são claras e vão no sentido da intenção que sempre guiou a sua obra e a sua vida política, tal como ele próprio a enuncia na carta que, em 1856, envia a Madame de Swetchine: "Só desejaria que a igualdade na política consistisse em todos serem igualmente livres e não, como tanto se ouve nos nossos dias, em que todos se subjugassem ao mesmo Senhor." (Boeshe, 336).

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

O Regime Político e a Vida Económica das Nações: a Contribuição de Montesquieu

Miguel Morgado

Instituto de Estudos Políticos/Universidade Católica Portuguesa;

Faculdade de Ciências Humanas/UCP

mmorgado@fe.ucp.pt

Resumo

Neste estudo, é retomada a já longínqua discussão sobre o "espírito do capitalismo". A perspectiva desenvolvida não se prende tanto às putativas origens do dito espírito, mas antes ao lugar que ele ocupa na política moderna. Em Montesquieu, o "espírito do comércio" desempenha um papel central, quer na interpretação da política moderna que o autor oferece, quer no seu próprio projecto teórico. Um dos traços mais controversos da discussão que Montesquieu oferece do tema consiste nas relações estabelecidas entre o "espírito do comércio" e o regime político. Apelando ao conceito de regime legado pela filosofia política clássica, Montesquieu apresenta as diversas manifestações da sociedade comercial resultantes do enxerto do "espírito do comércio" na política concreta. Para

Montesquieu, é inevitável uma adequação sintética entre as características próprias de cada regime - e o subsequente tipo de homem e cidadão que esse regime tende a favorecer ", por um lado, e, por outro lado, a estruturação da actividade económica. Apesar desta exposição reflectir as ambiguidades e ambivalências que cercam o pensamento de Montesquieu sobre o assunto, julgamos que dos textos é possível extrair conclusões essenciais. O "espírito" do comércio é inserido como o elemento fundamental que separa a História antiga da moderna, obrigando o pensador a reexaminar os pressupostos tradicionais da teoria política convencional.

Política e economia interpenetram-se, originando um Espírito Geral próprio a cada nação, não sendo indiferentes as formas concretas de que se revestem uma e outra. A fusão da monarquia com o espírito do comércio produz um "comércio de luxo", enquanto que da síntese entre a república e o mesmo espírito resulta o "comércio de economia". Esta última conjunção é, segundo o nosso argumento, a mais benéfica para a vida política das sociedades modernas, sempre que as circunstâncias o permitirem. E em que se traduz este superior benefício? O "comércio de economia", o mais directamente relacionado com o autêntico espírito do comércio, favorece as virtudes que podem subsistir nos tempos modernos; estima a liberdade política e a moderação; é mais imune à lei histórica da degeneração dos artifícios humanos; gera uma cidadania mais harmoniosa no Estado e um relacionamento humano com os outros mais saudável, do ponto de vista moral; em suma, constitui a matriz económica mais adversa ao despotismo e às suas tentações.

Estes resultados não derivam de uma influência unívoca do económico sobre a vida dos homens. Afirmar tal coisa seria negar a essência do espírito da obra de Montesquieu. Ao invés, o económico é aqui examinado como um domínio da experiência humana que influencia todos os outros domínios - os costumes, a História, a religião, a política - e que é, por sua vez, influenciado por eles. Ao campo económico é negada a sua absoluta autonomia e a sua putativa prevalência. O que quer dizer que a leitura de Montesquieu ensina-nos a analisar o problema colocado pelo entroncamento de um regime económico num regime político e as metamorfoses sociais que daí sucedem, algo tremendamente proveitoso para a teoria política contemporânea da chamada "era da globalização".

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Multiculturalismos e Anti-Multiculturalismos

João Cardoso Rosas
Professor Auxiliar
Instituto de Letras e Ciências Humanas
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
Professor Visitante
Instituto de Estudos Políticos
Universidade Católica Portuguesa
rosas@ilch.uminho.pt
Resumo

Nesta comunicação, examina-se algumas das recentes discussões teóricas em torno das políticas do multiculturalismo. No fundo, confrontam-se entendimentos divergentes sobre a virtude soberana (Dworkin) da igualdade. Enquanto para uns (Kymlicka, Young, etc) a igual consideração e respeito por todos implica a outorga de direitos multiculturais a grupos historicamente desfavorecidos, para outros (como Brian Barry, por exemplo) é precisamente em nome da igualdade que urge refutar as políticas do multiculturalismo.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Pluralismo, Liberdade e Tolerância

José Tomaz Castelo Branco
Investigador Júnior, Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa
Instituto de Estudos Políticos da
Universidade Católica Portuguesa
Estrada de Talaíde
jtcb@fe.ucp.pt
Resumo:

As sociedades demo-liberais contemporâneas são actualmente confrontadas com uma questão premente e incontornável: a diversidade entre concepções do bem e entre construções morais e estilos de vida daí decorrentes. Esta é uma questão que se coloca no plano interno de cada sociedade, mas também no quadro das relações entre várias sociedades diferentes, hoje cada vez mais próximas num mundo cada vez mais global. Perceber se essa diversidade é, em si mesma, uma fraqueza ou uma riqueza, um defeito ou uma qualidade, uma ameaça ou uma defesa, constitui hoje um tópico de reflexão da maior importância. O que esta reflexão nos obriga, em suma, é a encarar seriamente a tradicional

oposição entre homogeneidade e heterogeneidade.

Por outro lado, estas mesmas sociedades são, na sua generalidade, herdeiras e portadoras de valores que tomam por absolutos e arquimédicos. Por exemplo, valores como a igualdade, a liberdade ou a tolerância. Estes são valores normalmente apontados para identificar as referências valorativas das sociedades liberais; estes contam-se entre os valores sobre os quais é edificado qualquer tipo de liberalismo. Neste quadro, uma sociedade será tão mais perfeita, tão mais liberal, quanto mais longe conseguir desenvolver esses valores e, simultaneamente, quanto maior for a harmonia que conseguir gerar entre eles. A questão que, desde logo, procuramos enfrentar é a de saber se realmente assim é, ou se, pelo contrário, devemos começar por colocar em causa esta utopia liberal da harmonia entre valores absolutos. Mais ainda: se devemos aceitar como verdadeira e legítima a própria noção de valor absoluto e arquimédico. Ensaçando a questão mais directamente, e a título exemplificativo: fará sentido tentar prosseguir, de forma conciliatória e em termos absolutos, dois valores tão assimétricos como a igualdade e a liberdade? Fará sentido imaginar que ambos podem ser cumpridos de forma completa em simultâneo?

É neste duplo quadro de tensão - tensão, repita-se, gerada pela diversidade, no plano social interno e externo, e pelo conflito entre os mais elementares valores informadores das sociedades contemporâneas - que recorreremos ao pluralismo enquanto instrumento teórico alternativo de análise das realidades políticas actuais. Nesta medida procuraremos identificar e sistematizar a teoria política pluralista, com vista ao seu confronto com o monismo (absolutista) que informa a filosofia liberal. Paralelamente, procuraremos compreender em que medida a filosofia política liberal é, ou não, capaz de responder à crítica pluralista. Nomeadamente, tentaremos aferir a consistência das ideias de perfeição e de harmonia que subjazem ao liberalismo. Ou seja, procuraremos perceber até que ponto faz sentido a concepção de valores absolutos e, em caso negativo, como resolver a tensão latente entre valores simultaneamente tão antagónicos e tão basilares ao liberalismo como, por exemplo, o de igualdade e o de liberdade.

Estas são, cremos, questões fundamentais e inevitáveis que se colocam à teoria política contemporânea: internamente porque o desafio que actualmente o pluralismo objectivo de valores tem vindo a colocar à filosofia política liberal não pode mais ser evadido; externamente porque o pluralismo se apresenta como uma resposta alternativa para fazer face a um mundo cada vez mais globalizado, no qual o choque de modos de vida, de mundividências, de culturas (porventura civilizações) é um problema premente que o discurso político contemporâneo tem de enfrentar.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Understanding political theory

Mostafa younesie

Assistant - professor in political science

Tarbiat- modarres university

Tehran - Iran

Younesie@modares.ac.ir

It seems that when someone says or writes of political theory there can be different and various ways for understanding / reading it in the same or different cultures, or there can not be any understanding of it. Because there are determinants such as text, context and language and all of these can make understanding / reading possible or impossible. The presumption of this statement is the existence or not - existence of this term or word in the same or different cultures. Each one of these two alternatives has many ramifications. Therefore my main concerns are: Is it possible to have a common understanding? Is it necessary that we have a common understanding? If affirmative how?

My hypothesis in regard to all these questions is this:

Constructing a dialogical intercultural habit / custom that is relative and contingent that works as background.

It is a kind of making and is not given or predetermined. But with regard to the diversity and plurality it ought to be dialogical. The dialogue of these different and numerous cultures produce an intercultural world that have to become an institutional habit and tradition and not merely a motto or slogan or verbliness (it seems possible that to have this mentioned world in one person or in a community of persons from different cultures). But this intercultural habit/custom is never complete and definite, it is open-ended for accepting new others.

After constructing this background we can propose speaking about the specific agenda as the foreground that in a part of the west is called political theory-as a word or concept.

II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

19 e 20 de Janeiro de 2004 | Fundação Calouste Gulbenkian

Do Preto e Branco ao Arco-Íris: identidade LGBT e percursos de cidadania em Portugal

Nuno Santos Carneiro & Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Bolseiro de Doutoramento / Professora Associada
ncarneiro@psi.up.pt e imenezes@psi.up.pt

Resumo

A concepção universalista de cidadania sustentada pelos modelos liberais da democracia, é alvo de uma crescente atenção crítica em virtude da insuficiência que representa na abordagem e na integração de formas identitárias plurais, diferenciadas e enriquecedoras do actual espaço sócio-político. De entre as múltiplas propostas teóricas recentes que ensaiam a superação desta insuficiência, é de salientar a perspectiva pluralista de Iris Marion Young que defende a urgência de uma cidadania diferenciada construída na efectiva representação que os diferentes grupos identitários devem adquirir na cena cultural e política. O projecto da coligação arco-íris (rainbow coalition) é elemento complementar desta perspectiva e traduz-se na capacitação dos grupos oprimidos para uma mobilização conjunta em que cada um destes afirma, simultaneamente, a presença dos restantes e a especificidade das suas características e necessidades.

Nesta comunicação, pretende-se analisar o percurso do movimento associativo Lésbico, Gay, Bissexual e Transgender (LGBT) Português à luz daquela perspectiva teórica, atendendo aos esforços de mobilização operados por este movimento, bem como à sua relação com outros movimentos da sociedade civil, enquanto elementos ilustrativos de uma construção diferenciada e não-discriminatória de cidadania. Referenciando algumas das alterações institucionais e legais reclamadas e conquistadas pelo movimento LGBT, visa dar a perceber-se de que modo a afirmação da diferença e a edificação colectiva da experiência possibilitam a des-significação de estereótipos e, com isto, a criação de um espaço democrático mais forte, porque positivamente mais pontuado de diferentes "cores" identitárias.

